

ATA N.º 0001/XIII/2022

Sessão Ordinária de 25/02/2022

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, no salão da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Moita, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, a fim de se deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção do Público;

2 – Período Antes da Ordem do Dia;

3 – Período da Ordem do Dia:

3.1 - Ata nº04.21 – XII Mandato – Sessão ordinária de 08.09.2021;

3.2 - Ata nº01.21 – XIII Mandato – 1ª Reunião de Funcionamento de 19.10.2021;

3.3 - Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso - Lei nº8/12, de 21 de fevereiro;

3.4 - Designação de dois representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Equipa para a Igualdade na Vida Local da Moita devendo, pelo menos, um ser presidente de Junta;

3.5 - Pedido de certidão da conformidade da intervenção com a estratégia da Área de Reabilitação Urbana para efeitos de benefícios fiscais - isenção de IMI nos termos do artigo 45º e 46º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;

3.6 - Estratégia Local de Habitação do Município da Moita;

3.7 - Apreciação da Atividade Municipal.

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

- Eduardo Jorge Meruje Teixeira foi substituído por Maria Teresa Lésico de Jesus
- Cláudia Sofia Alves Dias Fera foi substituída por Carlos Gualberto da Silva Rodrigues
- Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar foi substituída por Rui Pedro Neto Garcia
- Cândida de Lurdes Gomes Vinagre foi substituída por Ana Cristina Antunes da Costa Marques Ribeiro
- João Daniel Baião de Brito Apolónia foi substituído por Susana Isabel Horta Martins
- Miguel Francisco Amoêdo Canudo foi substituído por Carlos Alberto Pereira Dias
- Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Andreia Gonçalves Dias, foi substituída pelo Tesoureiro daquele Órgão, Luís Filipe Valentim Cerqueira

Verificação de ausências:

- Após as substituições efetuadas verificou-se a ausência de Carlos Alberto Pereira Dias.

Registaram-se as presenças dos seguintes Membros do Executivo da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Albino e os Srs. Vereadores Sara Daniela Rodrigues e Silva, Daniel Vaz Figueiredo, António Carlos Pedrosa Pereira, Vivina Maria Semedo Nunes, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa, Ivo Manuel Pereira Pedação e João Miguel da Silva Romba.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Para proceder à constituição da Mesa, em face da ausência de um dos seus membros, e em conformidade com o nº4 do artigo 15º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita, designou a deputada municipal Ana Rita Condeço Neto para a composição da mesma.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Francisco Garcia Flores

Disse que vinha expor um bocadinho a sua situação que, pelo menos, uma das pessoas que está na Mesa já conhece e que se refere a habitação. Já veio a uma reunião com o anterior Presidente da Câmara que lhe parece que não deu em nada e que não foram sensíveis.

Tem 58 anos, 55 deles em Alhos Vedros. É da vila de Alhos Vedros, tem um agregado familiar composto por si, pela sua esposa, pelo seu filho, pela sua nora, por uma neta de 4 anos e outra netinha de 1 mês, e está com uma ordem de despejo, pelo que tem que implorar a quem, realmente, pode recorrer, e apelou à consciência de todos para que o ajudem porque, realmente, não tem mais a quem recorrer, inclusive, com o anterior Presidente, encaminharam-no para um serviço que fica ao pé da Praça de Touros, onde uma das senhoras lhe disse que o melhor seria recorrer a outras câmaras. Ora, era lógico que ela já sabia de fonte limpa que a resposta iria ser óbvia, uma vez que não residia nos outros municípios há mais de 5 anos, pelo simples motivo de viver em Alhos Vedros à 55.

Então é assim, está insolvente, o seu imóvel, que foi de compra, neste momento, já está a ultrapassar todos os prazos, aliás, tem uma carta do Tribunal, que só está à espera decisão da segurança social, quanto ao tempo previsto para o realojamento.

Espera poder contar com a ajuda da Câmara, tem fé que são sensíveis, que são pessoas humanas, e apelou a esse lado humano para que, realmente, não queiram ver os munícipes despejados para a rua. Tem uma situação de desemprego, está com problemas de saúde que não lhe permitem trabalhar, está a viver, ou melhor, a sobreviver do RSI, algo de que não tem qualquer prazer, porque toda a vida trabalhou, desde os seus 14 anos. Andou na escola primária de Alhos Vedros, os seus filhos andaram na escola primária e fizeram o primeiro ciclo em Alhos Vedros, já tem um neto no quarto ano em Alhos Vedros, portanto, ama a sua terra, pelo que gostava de contar com a Câmara para que não vissem, realmente, uma família ser desalojada.

Não tem mais a quem recorrer, já fez de tudo, já escreveu para todo lado, não pensem que tem estado parado porque tem lutado por tudo, tudo. Já escreveu para o Presidente da República, para todas as instituições e, neste momento, como já disse, está a viver do RSI e não tem a mínima hipótese, conforme está o mercado imobiliário, de tentar alugar um imóvel, porque não preenche os requisitos e as rendas são caríssimas, fora do seu alcance. Por isso, espera não ser esquecido e que atendam, realmente, à sua necessidade e que o ajudem, pelo que, mais uma vez, apelou à consciência.

Sr. André Fernando de Jesus Machado Dias

Disse que tinha 3 questões para expor aqui, sendo a primeira sobre habitação social, porque tem uma pessoa sua conhecida que é mãe de 2 filhos e que está a viver em casa de amigos. Fez um pedido à Câmara, que julga estar nas mãos do senhor Presidente, onde lhe foi dito que não há habitação social. Uma mãe trabalhadora, que cumpre com tudo, e que não consegue uma casa quando há casas distribuídas por pessoas que não as querem pagar e não lhes é feito nada.

A segunda questão prende-se com o centro de saúde de Alhos Vedros que, basicamente, tem o primeiro andar desativado, a parte de baixo está como está, médicos quase a entrar para a reforma e também nada é feito, pelo que queria saber se vão fazer alguma coisa por isso.

E a terceira questão, face aos últimos acontecimentos que têm surgido ali na zona de Alhos Vedros, para perguntar se não acham correto abrir um posto da Polícia ou da GNR em Alhos Vedros, para dar apoio à Moita e para garantir a segurança de Alhos Vedros, porque está a ficar um caos.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Relativamente às questões aqui colocadas, não obstante depois passar a palavra ao vereador António Carlos Pereira para falar um pouco desta situação, aquilo que tinha para dizer é que todos nesta autarquia, ao longo do tempo, foram ouvindo os alertas dos eleitos do Partido Socialista de que era tempo desta Câmara encetar, em devido tempo, o trabalho que era necessário para a sua adesão à estratégia local de

habitação, para que pudesse aceder àquele programa que era o 1º Direito, que lhe permitiria ter as ferramentas necessárias para proporcionar uma capacidade de resposta a todas aquelas pessoas que, no concelho da Moita, se veem necessitadas de aceder a habitação a preços acessíveis.

Foi dito, uma e outra vez, que estavam a tempo, mas o que é certo é que, enquanto outros municípios já estão a aceder a esse programa há mais de 2 anos, já estão a construir e até a proporcionar o acesso a essa habitação, o município da Moita traz aqui hoje, para aprovar em Assembleia Municipal, essa ferramenta que é tão necessária no concelho. E essa ferramenta que é aqui trazida, e que será apresentada daqui a pouco, teve, neste curto espaço de tempo, um forte contributo deste executivo, que visa aumentar, em grande medida, essa capacidade de resposta aos munícipes, mas, como calcularão, neste momento, há muito a fazer. Registou os reparos feitos pelo senhor Fernando Flores, mas disse que muito há a fazer, também ao nível do regulamento de acesso à habitação municipal, e têm que trabalhar em várias frentes, visando então corrigir tudo aquilo que é necessário corrigir.

Já no que diz respeito ao centro de saúde de Alhos Vedros, disse que mantêm contato permanente com a ARSLVT, na pessoa do senhor Doutor Miguel Lemos, estão atentos às necessidades daquele centro de saúde e a Câmara Municipal está disponível, na medida das suas capacidades, para apoiar naquilo que for preciso. Tanto quanto lhe é dado a conhecer, a ARSLVT está preparada para dar resposta às necessidades de saúde da população de Alhos Vedros e nada lhe foi assinalado a esse respeito, mas continuarão atentos e se identificarem algo não deixarão de atuar.

Relativamente à segurança, disse que é algo que muito os preocupa e que estão a acompanhar. Neste momento, não sabe se passará, ou não, por novas instalações, mas o que é necessário sim é uma maior capacidade de patrulhamento e mais militares da GNR, uma necessidade identificada e pela qual se estão a debater. Mais uma infraestrutura é só mais um edifício, e o que precisam é de mais agentes e militares da GNR.

Dito isto, pediu que lhe permitissem passar a palavra ao vereador António Carlos Pereira.

Vereador da Câmara Municipal, António Pereira

Relativamente à questão do senhor Francisco Flores disse que a situação em que se apresenta, de insolvência, em que o seu imóvel se encontra apreendido, pelo que está a verificar, é uma decisão que já foi proferida há cerca de 2 anos, ou um pouco mais, perante uma proposta de desocupação e entrega do imóvel, tendo a situação em que se apresenta, de desemprego e de insolvência, vários problemas, e todos eles requerem que se possa entendê-los da melhor forma. Também, pelo que diz, está a beneficiar de apoios sociais, logo, está a ser acompanhado, tem o seu processo está na equipa de acompanhamento social da zona, pelo que importa fazer um ponto de situação, não hoje, mas, seguramente, quando terminarem esta reunião. Irão juntar todos os dados que lhes possam facultar para fazer esse ponto de situação e perceberem também, com o gestor de processo, com quem está a acompanhar, com quem conhece qual é a situação, e as melhores respostas, seguramente, todas aquelas que possam ter sido já apresentadas e, no caso do município, também da equipa dos assuntos sociais, que também poderão aqui contribuir e dar algum apoio a esse nível.

Efetivamente, as situações de habitação têm sido recorrentes desde que o executivo está em exercício, todos eles têm sido atendidos e, sobretudo, ao nível dos atendimentos, com a divisão dos assuntos sociais, para também poder ser conhecida cada uma das situações, para que cada uma das situações tenha o melhor acompanhamento possível, e o melhor acompanhamento é, nomeadamente, as candidaturas que podem ser submetidas a quem de direito. O IHRU, enquanto instituto de habitação a nível nacional, naturalmente, pode ter a sua resposta, e tem uma plataforma em que pode identificar se também já fez essa diligência. Ao nível do município, aquilo que pode dizer é que identificam a necessidade de habitação, haverá sempre um registo de entrada do pedido, que terá que ser atendido ao nível de um concurso público de atribuição de casas, e isso tem regras próprias, pelo que pensa que esta situação carece de melhor conhecimento junto de quem está a fazer o acompanhamento, para não estarem aqui a duplicar intervenções, porque, como disse, é uma situação que já vem do passado. Infelizmente, uma situação que se lamenta, até porque o direito à casa é um direito constitucional, portanto, também querem fazer chegar e fazer valer, naturalmente, tudo aquilo que possa estar ao seu alcance para que possa ter direito e acesso a essa habitação, nomeadamente, através das novas políticas de habitação que o senhor Presidente já aqui apresentou.

Estão empenhados em desenvolver todos os esforços para se candidatarem e terem apoios, apoios esses que andaram adiados alguns tempos, daí que andem em contra relógio a fazer uma revisão, uma política, uma estratégia local de habitação, e é também nesse sentido que, tanto quanto lhes é possível, estão a

agilizar e a candidatar-se a outros apoios para, efetivamente, terem outras condições para oferecer aos municípios que estejam na situação em que está o senhor Francisco Flores e a sua família, pelo que pediu que no final da Assembleia pudessem reunir mais alguma documentação para que possam dar algum outro apoio.

Quanto ao senhor Fernando Machado, que também identificou uma situação de uma mãe de uma família, pelo que percebeu, monoparental, com 2 filhos, disse que é uma situação que também se lamenta que essa família esteja a vivenciar, algo que sempre os preocupa. Mais uma vez aqui, têm uma situação que tem a ver com habitação, ainda que não seja, seguramente, a questão, e essa já é a principal, do acesso à habitação, mas haverá sempre outros problemas e esses devem ser atacados, devem ser resolvidos de forma integrada com as equipas que possam apoiar, sejam as equipas de acompanhamento, se for beneficiário de alguns apoios sociais, quer com outras respostas que existem, nomeadamente, a partir dos serviços da própria segurança social que têm os técnicos de zona, os técnicos da ação social, que aqui também têm uma palavra a dizer a esse respeito. Propôs, igualmente, que no final da Assembleia, reunissem toda a documentação, ou que possam facultar os dados a quem está no apoio à Assembleia, para poderem conhecer melhor e para, naturalmente, poderem também apoiar melhor, garantindo assim que terão uma resposta por parte do município sobre as situações apresentadas.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Retomou a palavra e por não ter mais nada para acrescentar deu por concluída a intervenção da Câmara.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Disse que se aperceberam que o tema do dia é a habitação, em particular, da habitação social, um tema que, nos últimos anos, tem sofrido algumas evoluções, através de legislação diversa e programas disponíveis, ou brevemente disponíveis, no entanto, quis apenas dizer que o antigo executivo iniciou e, praticamente, completou a estratégia local de habitação que hoje será apresentada e que nela está um conjunto de opções, não para que se resolvam estes problemas hoje, porque estes problemas não se resolvem hoje, resolver-se-ão um pouco pelo futuro, mas porque existem no município da Moita 165 fogos de habitação social municipal que estão ocupados e mais algumas centenas de fogos de habitação social que não são do município, que são de uma entidade tutelada pelo Governo e, se calhar, algumas centenas estão vazios porque não estão em condições de serem habitados. E este é, realmente, um drama sobre o qual o município não tem qualquer responsabilidade, mas quem sofre verdadeiramente são as populações do concelho, portanto, acha que é importante que fique bastante claro que os fogos municipais que têm sido construídos ao longo dos anos para dar resposta às situações que vão surgindo não são os únicos que existem no concelho.

Em relação à questão da GNR, disse que se resolve de várias formas. Resolve-se, exatamente, com algum patrulhamento, mas também se resolve com condições para as forças de segurança estarem no território, e o que acontece é que o anterior executivo aceitou a uma permuta com o Ministério da Administração Interna para a construção do novo posto da GNR no concelho da Moita e, até hoje, não têm qualquer notícia de que o Ministro da Administração Interna tenha planos para construir, brevemente, o novo posto da GNR no concelho da Moita. Aliás, nem sequer têm notícia do reforço de elementos das forças de segurança no concelho, pelo contrário, o que têm, até hoje, é uma redução dos efetivos de segurança no concelho, e isso é algo que os preocupa e que, naturalmente, trazem estas situações de segurança, ou de insegurança, trazem mais sensação de insegurança à população, mas que os governos dos últimos anos não foram capazes, ou não quiseram mesmo dar a resposta adequada.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Disse que não podia também deixar de registar estas situações que foram apresentadas no tempo de intervenção do público, situações lamentáveis que este executivo tem como prioridade resolver, porque é uma das grandes prioridades deste executivo resolvê-las, e também não pôde também deixar de anotar que existem no concelho cerca de 160 fogos de habitação pertencentes ao município, que foram

construídos nos últimos 42 anos, portanto, são realmente um município que merece um enorme destaque pelo enorme esforço que tem feito nos últimos 42 anos, isto porque reparou que o membro da Assembleia da CDU fez questão de referir essa situação como um esforço enorme. Portanto, em 42 anos, dá cerca de 4 fogos por cada ano o que, realmente, foi um esforço evidente, ironicamente falando, porque verificou que, como não podia deixar de ser, à boa maneira da CDU, que o governo é o principal culpado, porque tem centenas de fogos no concelho da Moita que estão fechados, e foi pena que não os tenha localizado porque o próprio gostaria de ver alguns, mas reparou que, realmente, o Governo é o principal culpado, portanto, os 42 anos da CDU no poder autárquico, no poder local, não tiveram qualquer peso, foi uma fatalidade.

O quartel da GNR é outra fatalidade, portanto, muito trabalho, muito trabalho, muito trabalho em 42 anos que os trouxeram ao atual estado de coisas, mas agora, finalmente, estão a ser tomadas as medidas necessárias para resolver o problema, portanto, o esforço da CDU só não foi maior porque, realmente, os sucessivos governos, todos os governos, não fizeram aquilo que seria interessante fazer, daí que fique o registo de que vão resolver o problema que a CDU, porque não houve governo capaz para isso, não conseguiu resolver. Finalmente, o atual executivo, por qualquer motivo que deve ter a ver com o Governo, assumiu essa disposição e talvez venha a conseguir resolver o problema.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção, deu por concluído o período de intervenção do público

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Informou que deram entrada na Mesa da Assembleia os seguintes documentos para discussão, apreciação e votação:

- A - Recomendação “Pela regionalização”, apresentada pelo GMBE;
- B - Moção “Dia Internacional das Mulheres”, apresentada pelo GMBE;
- C - Recomendação “Trajeto de Veículos Pesados”, apresentada pelo GMCH;
- D - Saudação ao “Dia Internacional da Mulher em 8 de março”, apresentada pelo GMCDU;
- E - Moção “Voto em defesa da paz e pelo fim da escalada de confrontação na Europa”, apresentada pelo GMCDU;
- F - Moção “Solidariedade com a Ucrânia”, apresentada pelo PSD;
- G - Moção “Condenação à invasão da Ucrânia pela Rússia”, apresentada pelo GMPS;
- H - Moção “Dia Internacional das Mulheres”, apresentada pelo GMPS.

Disse que iriam fazer a apresentação, discussão e votação dos documentos agrupados por tema, tendo pedido ao GMBE para proceder à apresentação do documento A.

Deputado Luís Morgado do Grupo Municipal do BE

“Pela regionalização

Como se deve organizar administrativamente um Estado para diminuir as desigualdades entre os territórios? Para se obterem respostas mais adequadas a um desenvolvimento harmonioso do país é ou não necessário criar um outro nível de decisão administrativa sub-nacional, entre Estado central e municípios?

Quem elaborou a Constituição de 1976 deu resposta a estas questões, estipulando no artigo 237º que “a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais”. E no artigo 238º que “as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas”.

As disposições constitucionais sobre as regiões administrativas nunca foram concretizadas. O país conhece os efeitos nefastos da excessiva centralização da administração estadual e as autarquias sentem de forma muito intensa o desperdício económico, as ineficiências, as desigualdades territoriais e sociais, o enfraquecimento da democracia que daí decorre. A descentralização de competências para as regiões administrativas é um imperativo democrático, uma condição necessária a uma justa distribuição de recursos pelo território e à redução das desigualdades regionais que têm causado graves disfunções económicas, sociais e ambientais.

A relação direta entre a existência de regiões administrativas e um desenvolvimento económico e social mais inclusivo é uma das principais conclusões do relatório “*Descentralização e Regionalização em Portugal*” publicado pela OCDE em 2020. E o XXV Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) realizado em Dezembro último aprovou uma resolução em que considera fundamental a criação de regiões administrativas, como contributo para a correção de desequilíbrios territoriais e para o reforço da cidadania.

Para além do processo em curso de transferência de competências do Estado para os municípios, que tem merecido de muitos municípios justas reticências, é absolutamente necessário concretizar a criação das autarquias em falta: **as regiões administrativas**. Para se avançar para um país menos desigual, para a promoção do desenvolvimento regional, da coesão social e territorial, para o fortalecimento dos serviços públicos locais, para criar uma escala regional de participação democrática das populações, para um maior escrutínio das políticas públicas locais, para responder a nível local aos desafios da emergência climática, para combater o desperdício financeiro e diminuir o gasto público.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita reunida em sessão ordinária em 25 de Fevereiro de 2022, delibera:

- **Manifestar mais uma vez a necessidade de implementar as Regiões Administrativas previstas no Capítulo IV do Título VIII - Poder Local da Constituição da República Portuguesa;**

- **Recomendar ao Executivo Municipal que aprofunde o seu empenhamento na criação das Regiões Administrativas, estimulando o esclarecimento e a participação popular através de debates e outras formas de mobilização cívica.**

Os eleitos do Bloco de Esquerda”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a recomendação a votação.

Submetida a **recomendação** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com vinte e sete votos a favor, sendo catorze do PS, nove da CDU, dois do CH, dois do BE; três abstenções, sendo uma do PS, uma do PSD, uma do CDS.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS

“Não votei a favor desta moção porque opiniões são opiniões. Também sou livre de ter a minha opinião. Há sítios do mundo em que não há opinião e quem manifesta a sua opinião é detido, como temos verificado nos últimos dias.

Eu recordo que houve um referendo em Portugal, felizmente, houve um referendo, e que foi dada voz ao povo em 98. O povo português, e para que mantenhamos o lema de que o povo é quem mais ordena, temos que respeitar a vontade do povo. Eu sou um dos portugueses que votou em consciência, na altura, e não tenho nenhum problema em dizer que votei contra a regionalização. Voltarei a votar contra se houver um referendo. É um direito que me assiste. Como tal, não posso admitir, venha de onde vier, que me imponham o que quer que seja, portanto, sou um defensor de que o povo deve ser ouvido nalgumas matérias.

Infelizmente, nem sempre assim tem acontecido, neste caso, felizmente, foi ouvido. É a minha opinião. É um direito que eu tenho.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Passando ao próximo tema, pediu ao GMBE para proceder à apresentação do documento B.

1º Secretário da Mesa da Assembleia, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Antes de iniciar a apresentação da moção, pediu ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que o autorizasse a prestar um reconhecimento ao executivo municipal, porque o Bloco de Esquerda, na Assembleia Municipal do dia vinte e nove de dezembro de 2021, apresentou uma recomendação para que a Câmara Municipal avaliasse a possibilidade de efetuar o pagamento aos membros das mesas de voto das eleições de 30 de janeiro. Essa recomendação foi aprovada e cumpre-lhes aqui reconhecer que o executivo agiu em conformidade.

Em seguida, procedeu à apresentação da moção, conforme transcrição infra:

“Dia Internacional das Mulheres

Há 45 anos, a Organização das Nações Unidas oficializou o Dia Internacional da Mulher, como símbolo das lutas das mulheres operárias em várias partes do mundo desde o final do século XIX. O dia 8 de março tornou-se um marco na história da emancipação das mulheres, mas é também um dia para ganhar balanço para a luta pelos direitos que ainda lhes são negados.

O que começou por reivindicações por direitos de cidadania e do direito ao voto das mulheres, firmou-se como o início de muitas lutas que determinaram conquistas marcantes no campo da igualdade de tratamento e de oportunidades.

Em Portugal, as mulheres têm hoje não só direito ao voto sem restrições, como direito ao aborto seguro. São maioritárias no ensino superior, integram em força o mercado de trabalho e conquistaram a representação política.

Quatro décadas de democracia permitiram avanços notáveis na luta pela igualdade entre homens e mulheres, mas persistem desigualdades estruturais em várias esferas da vida que imprimem uma linha divisória entre elas e eles e espelham uma teia de relações de dominação cujo fio condutor é o sistema patriarcal dominante.

Aqui e em todo o mundo, a opressão secular do sistema patriarcal teima em querer subalternizar as mulheres por serem mulheres. Permanecem os estereótipos de género que condicionam escolhas educativas e profissionais, a segregação nos cargos de chefia e liderança e a desigualdade salarial que se agrava na reforma. Perdura a desigual repartição no exercício das responsabilidades domésticas e com os filhos, assim como a feminização da precariedade, da pobreza e da exclusão social. Mantém-se a naturalização do assédio e da violência doméstica e continuam a morrer mulheres em relações de intimidade. São as mulheres as principais vítimas de tráfico, exploração sexual e violação e a justiça machista insiste em desvalorizar a violência, desculpar agressores e responsabilizar as vítimas.

Sabemos que estas violências são mais profundas quando se cruzam múltiplas discriminações e por isso esta deve ser uma luta interseccional e internacional.

O ano que marca o vigésimo sétimo aniversário da Plataforma de Ação de Pequim, instrumento internacional de referência para a eliminação dos obstáculos à plena igualdade entre homens e mulheres, confirma o crescimento dos movimentos, machistas e misóginos que trazem consigo a ameaça do retrocesso de direitos, da igualdade e da solidariedade.

Por todas as mulheres e com todas as mulheres, o objetivo da Igualdade exige o combate à cultura machista instalada e a coragem de alterar as estruturas do poder estabelecido, os papéis estereotipados e a opressão sobre as mulheres.

A Assembleia Municipal da Moita, reunida a 25 de Fevereiro de 2022, saúda o Dia Internacional das Mulheres, celebra as conquistas alcançadas e reafirma as lutas que ainda falta travar.

Os eleitos do Bloco de Esquerda”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com vinte e seis votos a favor, sendo quinze do PS, nove da CDU, dois do BE; duas abstenções, sendo uma do PSD, uma do CDS; dois votos contra do CH.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em seguida, pediu ao GMCDU para proceder à apresentação do documento D.

Deputada Ana Cristina Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

“Saudação ao Dia Internacional da Mulher em 8 de março

O tempo da luta das mulheres foi ontem e é hoje!

“Enquanto uma mulher for escrava, o homem não tem liberdade”.

Em 1910 Clara Zetkin propôs que fosse proclamado o Dia Internacional da Mulher a 8 de Março, a fim de ser assinalado todos os anos e em todos os países, para fortalecer a organização e a luta das mulheres trabalhadoras por direitos políticos, económicos e sociais.

Em Portugal esta data esteve proibida até ao 25 de Abril de 1974 e só no ano seguinte ela foi comemorada, pela 1ª vez, em liberdade.

Porém, passados mais de 100 anos da sua proclamação, continua a fazer todo o sentido que as mulheres portuguesas comemorem o Dia Internacional da Mulher, como o dia em que afirmam a sua luta de todos os dias, pela igualdade no trabalho, na família, na vida social, política e culturalmente, contra a discriminação e a contra a violência doméstica.

Apesar de todos os avanços relativos aos direitos das mulheres, nenhum país atingiu a igualdade plena entre homens e mulheres e em Portugal, na prática, ainda estamos longe de alcançar essa igualdade, ainda que perante a lei, mulheres e homens sejam iguais, em direitos e em deveres.

Assim o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher continua a ser um dia de luta pelo direito a ter direitos, por uma sociedade mais justa e livre, pela paz no mundo e em nome da dignidade do ser humano.

De mãos dadas Homens e Mulheres de boa vontade traçarão um dia um futuro em que caminharão lado a lado e se possa fazer deste dia apenas um dia de festa e fraternidade, em liberdade, igualdade de direitos, democracia e sem explorados, nem exploradores.

No caso de ser aprovada, a presente moção deverá ser remetida à Assembleia da República, ao Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro Ministro, centrais sindicais e divulgadas na Comunicação Social”.

Moita, 25 de fevereiro de 2022

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal da Moita”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta votos a favor, sendo quinze do PS, nove da CDU, dois do CH, dois do BE, um do PSD, um do CDS.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em seguida, pediu ao GMPS para proceder à apresentação do documento H.

Deputada Ana Rita Neto do Grupo Municipal do PS

“Moção Dia da Mulher

Assinala-se no dia 8 de Março, o Dia Internacional da Mulher.

Proclamado em 1911, há mais de um século que se celebra, honrando as 128 grevistas da fábrica têxtil Cotton, em Nova Iorque, sujeitas a intervenção policial em 08 de Março de 1857.

O 8 de Março simboliza a luta pela emancipação cívica e social da mulher e é fundamental para homenagear aquelas que lutaram pelos direitos das mulheres e contra a discriminação para exigir as condições necessárias para uma vida digna.

Apesar de alguns avanços no último século e do papel ocupado, por direito próprio, na sociedade, a luta pela afirmação da igualdade de género coloca desafios em diferentes esferas: laboral, política, particular, familiar, etc. As mulheres continuam a ser as primeiras vítimas do desemprego, dos baixos salários, da pobreza e de violência, a todos os níveis.

É facto que:

- Apesar de mais qualificadas, as mulheres continuam com taxas de emprego e salários mais baixos, mais horas de trabalho e menor sucesso nas carreiras;
- Na área tecnológica, tão presente na nossa vida, a decrescente participação das mulheres evidencia oportunidades desiguais. As profissionais das Tecnologias de Informação e Comunicação passaram de 26,2% em 1999 para 20,1% em 2020;
- O aumento do custo de vida agrava as despesas familiares, sobrando para as mulheres a árdua tarefa de gestão do orçamento familiar;
- Em situação de pobreza e exclusão social, de violência, física ou sob outra forma, de prostituição, de tráfico humano, de imigração ou de deficiência, verifica-se uma acentuada vulnerabilidade e desigualdade no grupo mais afetado: as mulheres;
- Apesar do avanço civilizacional, crianças e jovens são ainda submetidas à mutilação genital feminina, resultado de questões culturais, familiares e barreiras linguísticas.

Assim, a celebração do 8 de Março, permanece um marco na luta pela emancipação integral da mulher, ou seja, de toda a humanidade.

A violência de género tem que ser encarada como um problema político, um problema de direitos humanos e um problema de cidadania, do qual as autarquias não se podem alhear.

Neste sentido, a Assembleia Municipal da Moita, reunida em 25 de fevereiro de 2022, delibera:

1. Saudar o Dia Internacional da Mulher e todas as mulheres do seu concelho.
2. Repudiar todas as formas de discriminação de género.
3. Saudar todas e todos que, diariamente, conseguem perspetivar o futuro nos princípios da Liberdade, Democracia e Equidade, lutando pela igualdade entre as Mulheres e os Homens, construindo uma sociedade mais justa.

O Grupo Municipal do Partido Socialista

Moita, 25 de fevereiro de 2022”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a recomendação à discussão intervieram:

Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS

Disse que apenas queria referir que, onde diz “Neste sentido, a Assembleia Municipal da Moita, reunida em 25 de fevereiro de 2025”, deve dizer “reunida em 25 de fevereiro de 2022.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Informou que a data tinha sido devidamente retificada e por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta votos a favor, sendo quinze do PS, nove da CDU, dois do CH, dois do BE, um do PSD, um do CDS.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Passando ao próximo tema, pediu ao GMCH para proceder à apresentação do documento C.

Deputado Rui Proença do Grupo Municipal do CH

“Recomendação

Trajetos de Veículos Pesados

Com a data da inauguração da plataforma ALDI a aproximar-se, a nossa preocupação vira-se para a passagem dos veículos pesados junto das habitações e zonas frequentadas por crianças e adultos.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita, recomenda a limitação dos veículos pesados nos períodos de maior tráfego e propõe que o trajeto para qualquer veículo pesado vindo da estrada nacional N°11, no sentido Alhos Vedros – Moita, para chegar à autoestrada, ao Montijo ou Palmela (exceção para veículos camarários ou em serviço camarário), seja realizado da seguinte forma:

- Na chegada à primeira rotunda (BP) na freguesia da Moita, seguir para a rua da Paz (em direção ao Palheiro);
- Na segunda rotunda virar para a Estrada dos Brejos (primeira à direita em direção aos Brejos);
- Na Rua José Manuel Pinheiranga Rego virar para a Estrada das Formas em direção à A33 onde passará na rua Pinheiro Forte (em frente ao centro de inspeções);
- No final da rua Pinheiro Forte aceder à estrada N379-2 (Moita – Palmela).

Os deputados do Partido Chega”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a recomendação à discussão intervieram:

1º Secretário da Mesa da Assembleia, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Disse que pensa que este trajeto que está aqui a ser desenhado para veículos pesados é propício a tudo menos a veículos pesados, ou seja, ao estar a introduzir veículos pesados em estradas extremamente estreitas estão, provavelmente, a querer arranjar acidentes sem necessidade nenhuma. Mesmo que fosse, exclusivamente, para veículos pesados, no sentido contrário, também devia ser o mesmo, e há ali zonas que têm muita dificuldade para esses veículos, para já, pelas curvas que tem que fazer e por o cruzamento entre eles ser extremamente perigoso, portanto, só quis chamar a atenção, porque é preciso conhecer muito a zona, porque irem ao Google e fazer um desenho pela estrada é uma coisa, transitar dentro da estrada é outra coisa completamente diferente, ainda por cima para quem conduz veículos pesados.

Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira

Disse que analisou esta recomendação e que não irá votar a favor, também não votará contra, simplesmente, abster-se-á, porque não existem estudos suficientes para comprovar este circuito que aqui é colocado. O ALDI é sim um investimento importante para o concelho, mas acha que o anterior executivo, que colocou esta obra aqui na freguesia ao lado, não acautelou todas estas situações e todos estes transtornos com que a população da freguesia da Moita iria sofrer. Estão cá, e acredita que o atual executivo vai resolver esse problema, que não foi na altura avançado, e está crente nisso porque, senão, a população da freguesia da Moita vai sofrer, e muito, com este investimento. Inclusive, já lhe custa chegar ao cais da Moita, querer olhar para os barcos típicos e ficar encandeado com os projetores que o ALDI projeta para o lado da Moita. Crê que essas situações irão ser acauteladas e crê que haverá uma resolução.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a recomendação a votação.

Submetida a **recomendação** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com dois votos a favor do CH; vinte e sete abstenções, sendo quinze do PS, nove da CDU, uma do BE, uma do PSD, uma do CDS; um voto contra do BE.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em seguida, entrando no último tema, pediu ao GMCDU para proceder à apresentação do documento E.

Deputado Rui Pedro Garcia do Grupo Municipal da CDU

“Moção

Voto em defesa da paz e pelo fim da escalada de confrontação na Europa

Expressando a sua profunda preocupação pelos graves desenvolvimentos na situação no Leste da Europa, envolvendo operações militares da Rússia na Ucrânia e considerando que o agravamento da situação é indissociável do contínuo alargamento da NATO e do reforço do seu dispositivo militar ofensivo.

Igual preocupação, pela instrumentalização da Ucrânia ao serviço da estratégia belicista deste bloco político-militar, colocando pressão militar e económica sobre uma Rússia, que sendo um país capitalista, em que o seu posicionamento é determinado pelos interesses das suas elites e detentores de grupos económicos, a qual tem vindo também a revelar posições expansionistas de teor czarista:

A Assembleia Municipal da Moita, reunida no dia 25 de fevereiro de 2022, apela:

- Ao urgente e necessário fim da escalada militar do conflito, à instauração de um cessar-fogo e à abertura de uma via negocial que respeite a autodeterminação dos povos;
- Sublinha ainda a necessidade premente de iniciativas que contribuam para o diálogo com vista a uma solução política para o conflito na Ucrânia e à resposta aos problemas de segurança coletiva na Europa, no cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Ata Final da Conferência de Helsínquia.

Mais, apela a que o Governo português atue de forma a favorecer o fim da escalada de confrontação, a solução negociada dos conflitos internacionais, a paz e o desarmamento, em consonância com a Constituição da República Portuguesa e em defesa dos interesses e das aspirações de paz do povo português.

Moita, 25 de fevereiro de 2022

Os eleitos da CDU

Nota: A presente moção deverá ser remetida à Assembleia da República, ao Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro Ministro, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e divulgada na Comunicação Social.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a recomendação à discussão intervieram:

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Sobre esta moção, disse que não poderia deixar de intervir ao ler, apenas, o primeiro parágrafo, porque é evidente, e vai tentar não ser muito rude, que associar o conflito que se verifica neste momento ao pretenso alargamento da NATO é, realmente, o querer esconder, o querer passar para baixo do tapete, o querer uma série de situações que não vai aqui enumerar, porque são chatas, e vai tentar não se escandalizar com isto, mas, realmente, é querer esconder o que se passa atualmente na Ucrânia que, e fazendo um pouco de história, fará cair por terra, e nem o vai considerar um argumento, mas sim uma

pequena ofensa, porque quem sabe um mínimo da história das relações entre a Rússia e a Ucrânia, chega facilmente à conclusão que este conflito tem muitos anos.

É um conflito antigo, um conflito que tem muito a ver com a forma de estar e de ser destes dois povos, um conflito que tem muito a ver com a vontade, de há muitas décadas a esta parte, que a Rússia tem de subjugar o povo ucraniano, portanto, esta situação não é de agora. Não é de agora, não foi, nem é esta a primeira vez em que a Rússia tenta anular completamente os ucranianos. Esta questão é uma questão que se arrasta há muitos anos, e para não ir mais atrás, porque há razões históricas que lhe permitiam ir mais atrás, apenas quis recordar os acontecimentos de 1932/33, que fizeram com que morressem, ainda que os estudos não sejam muito precisos, mas os últimos estudos é para aí que apontam, entre três a sete milhões e meio de ucranianos.

NOTA: Neste momento, alguns eleitos do Grupo Municipal da CDU, sem recurso a microfone, interromperam a intervenção supra.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Retomou a intervenção e perante algumas manifestações por parte de membros da bancada da CDU, disse que se a morte de entre três a sete milhões e meio de pessoas era um assunto para rir, realmente, tinha que usar a velha máxima do cinismo porque é, realmente, de um cinismo que não têm qualificação.

Continuando, disse que esse foi mais um episódio dramático da relação entre os russos e os ucranianos, porque Stalin teve uma enorme vontade de quebrar o movimento que pretendia a independência da Ucrânia, já nessa altura, e a arma de luta que utilizou foi provocar a fome do povo ucraniano. É evidente que, com a desculpa do pretense grupo de separatistas ucranianos, que não são mais do que um grupo preparado por Moscovo para criar a falsa situação de Donetsk e Lugansk, aliás, esquema já usado pelo Hitler, na Checoslováquia, se prova que é uma situação que tem vindo a ser preparada por Putin há muito tempo, que escolheu a desculpa da eventual entrada da Ucrânia na NATO e aproveitou o momento fazendo a invasão agora, mas esta é uma invasão que está iminente há muitos anos, há muitas décadas, basta ouvir aquilo que os ucranianos dizem na televisão. Não é preciso inventar muito, nem fazer muitas consultas aos documentos históricos, portanto, neste contexto, esta moção é, realmente, a prova do comportamento de avestruz que a CDU costuma usar nestes casos, e que não merece sequer que fale muito mais sobre isto.

Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS

Disse que anda triste com o que se está a passar, mas mais triste fica depois de ouvir o conteúdo desta moção porque, realmente, é uma falta de respeito pelo povo ucraniano, no mínimo, e é uma tristeza quando estão a assistir àquilo que estão a assistir. É impensável ainda aparecerem coisas destas, coisas como tentar defender o indefensável.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Disse que também quis usar da palavra, e agora enquanto deputado do Partido Socialista, porque queria dizer que, pelas posições nacionais que ouviu do Partido Comunista Português, esta está mais moderada, mas não podem, realmente, ou pelo menos o próprio não pode, por exemplo, aceitar esta proposta de moção porque isto não são simples operações militares da Rússia na Ucrânia. Isto não é nenhum treino. Isto é uma guerra. Isto foi uma invasão a um país e ao direito internacional que está a matar inocentes. Isto é uma coisa bárbara e, se foi contra a invasão dos Estados Unidos no Iraque, é igualmente contra esta moção, e porque conhece muitas das pessoas que estão aqui, que são suas amigas e que respeita, não acredita que, no seu íntimo, não estejam com vontade de dizer muito mais do que dizem aqui, porque isto é, realmente, passar um pano, e sabe é que é difícil, mas isto não é nada.

Houve uma invasão de um estado de direito, de um país, houve a ocupação dos seus meios, destruição da sua economia, destruição de vidas, e isto é um golpe bárbaro, dos mais sanguinários que têm conhecido na história, portanto, esta moção é um paliativo que procura dizer “os outros também são malandros e tal, também pessoas responsáveis por isto que também querem alargar e querem não sei quê”. A ideia de querer pertencer à NATO pertence à Ucrânia e ao seu povo, nenhuma potência estrangeira tem o direito de ir lá pela força e dizer “tu não entras para aquele grupo porque se não a gente dá cabo disto tudo”.

Ninguém tem o direito de fazer isto e é nesse aspeto que diz que votará contra esta moção, porque acha que ela não tem ponta por onde se lhe pegue.

Deputado Rui Neto Garcia do Grupo Municipal da CDU

Para esclarecer, disse que condenam esta invasão à Ucrânia, não têm é uma perspetiva míope, porque percebem a história e esta história mais recente começa em 2014, precisamente, quando a NATO e a União Europeia forçam, com aquela golpada de Maidan, o derrube do governo e meteram lá um governo fantoche, que tem criado ali um conjunto de problemas.

Relativamente à Rússia, disse que não têm simpatia nenhuma pelo senhor Vladimir Putin, nem pelo seu regime, nenhuma mesmo, possivelmente, na bancada da CDU, é o que lhes é menos próximo, do ponto de vista ideológico, daquilo que acredita, dos seus valores, não têm é esta perspetiva míope porque percebem que a solução para este problema que está a acontecer na Ucrânia não é torná-la uma plataforma de braço de ferro, como ela foi atizada e utilizada pelos Estados Unidos e pela Europa, o que está óbvio.

Ao fazerem estas moções, e já esteve a ver as próximas moções com as quais, no essencial, concordam, embora continuem a achar que têm esta perspetiva míope que é a de desculpar, de escamotear aquilo que tem sido esta posição, e isto só se resolve quando estes intervenientes se sentarem à mesa e desistirem de expandir a NATO, que é uma coisa que aconteceu, voltando à história, desde o final da União Soviética. Se olharem para o mapa, e estando totalmente contra o senhor Putin e contra o seu regime, que é autoritário, porque agora têm visto pessoas a serem presas lá, e são contra isso, defendem o oposto disso, mas reconhecem que eles têm preocupações legítimas por estarem cercados pela NATO. A história, e voltando outra vez à história, ao longo dos séculos, é de invasões europeias à Rússia, a última na Segunda Guerra Mundial, que foi uma barbárie. Aliás, e relativamente à história, quis dizer que quando os povos ucranianos e os povos russos se deram bem foi, precisamente, durante a União Soviética, davam-se muito bem, e foi precisamente uma tragédia o que aconteceu com estas divisões de povos que são irmãos, que têm passados em comuns, avós e tios do outro lado da fronteira e que estão, precisamente, envolvidos nesta guerra, que é uma guerra fratricida, porque transformaram aquilo numa plataforma de braço de ferro.

Não queiram por isso criminalizar a perspetiva da CDU por ser mais abrangente, apontar responsáveis e apontar soluções, porque só se resolve aquele problema quando estes intervenientes se sentarem à mesa e pararem de tentar alargar a NATO, é tão simples quanto isso. Aliás, por não ser tão simples, pediu desculpa pelo termo, porque não é nada simples, é uma questão complicada.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Informou que tinha quatro deputados municipais inscritos e que iria dar por terminadas as inscrições.

Deputado Luís Morgado do Grupo Municipal do BE

Quis dizer que, leu as três moções, percebe as três e vai votar a favor das três, e também convidar, desde já, por exemplo, porque já está mobilizado, bem como a sua companheira, filhos e netos, para domingo estarem presentes numa manifestação que se vai realizar, próximo da embaixada russa, exatamente, para que Putin vá para casa com as suas tropas.

Ainda ontem pintou doze pombas para um amigo que até já foi presidente desta casa, para levar lá para o seu monte no Alentejo, pombas recortadas em ferro e, ao entregá-las, falaram na guerra porque era macabro a simbologia da pomba ser, exatamente, no mesmo dia em que começava a guerra.

Depois, por curiosidade, passeou por algumas guerras e, nas leituras que fez a recapitular a batalha que ocorreu há dois mil novecentos e quarenta e nove anos, já que se falou aqui de história, entre gregos e espartanos, contada por Heródoto, que, às tantas, lá nos seus escritos, diz assim: “Na paz, é preciso ser louco para preferir a guerra à paz. Na paz, os filhos enterram os pais. Na guerra, são os pais que enterram os filhos.” Ora, se passarem de há dois mil quatrocentos e quarenta e nove anos até à criação da Sociedade das Nações, que faliu, e daí a Primeira Guerra Mundial, uma guerra que o capitalismo gerou nas suas contradições para dominar o mundo, como o Tratado de Versalhes, que foi uma humilhação monstruosa também ao povo alemão e que, às tantas, potenciou o aparecimento do Hitler e também do desenvolvimento do fascismo por toda a Europa, e foi também foi o capitalismo, nas suas contradições, nas suas lutas pelo poder, que conseguiu isso e passaram, exatamente, o período da Guerra Fria com alguns alvoroços, mas mesmo assim conseguiu-se chegar ao Tratado de Helsínquia.

Inspirados em Portugal, depois do 25 de Abril, e pelo Tratado de Helsínquia, conseguiu-se que o artigo sétimo da Constituição da República Portuguesa tivesse este texto: “Portugal, preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre povos, bem como a um desarmamento geral, simultâneo e controlado, à dissolução dos blocos políticos militares e ao estabelecimento de um sistema de segurança coletivo, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos. “

Depois disto, houve a implosão da União Soviética, o Pacto de Varsóvia acabou, mas nunca observaram que estes objetivos se concretizassem. Então, têm hoje uma situação que, se a sensatez se for embora, é altamente perigosa e bem mais perigosa que aquilo a que assistiram na Segunda Guerra Mundial. É o que estão a atravessar, mas todos têm responsabilidades nisso, exatamente, porque isolar este encontro entre as democracias e as plutocracias é uma incorreção, e o que está aqui novamente, são as contradições do capitalismo a gerar este trinta e um. Esta é que é uma evidência.

Mas, dizer que são as liberdades e as democracias contra a plutocracia, deixa-o com dúvidas porque, outrora, também foi com essas dúvidas todas que arranjaram aquelas duas grandes guerras. Tem dúvidas disso, porque se pensarem bem, as democracias pairaram na Líbia, no Egito, ou ainda há pouco tempo no Afeganistão, e o que lá sobrou não foram democracias, mas muros como, por exemplo, em Bagdad, que está dividida e tem um muro que no tempo de Sadam não tinha. Esta que é a verdade, logo, vai aprovar todas as moções.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Abdicou do uso da palavra.

Deputado Humberto Rosa do Grupo Municipal do PS

Disse que era com um espanto enorme que via aqui uma minoria de pessoas ligadas ao Partido Comunista defender aquilo que está a acontecer, aquilo que a Rússia está a fazer com o Pacto de Varsóvia, daí que pergunte se pretendem a extinção da NATO, mas que, com certeza, querem a recriação do Pacto de Varsóvia.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Neste momento, porque alguns eleitos do Grupo Municipal da CDU interromperam a intervenção supra, disse que o senhor deputado tinha o direito à sua palavra, e depois, se quiserem, por se acharem ofendidos na sua honra, terão o direito de defesa da honra, mas que agora o deputado municipal Humberto Rosa tinha o direito à palavra.

Deputado Humberto Rosa do Grupo Municipal do PS

Continuando, disse que pretendem que haja uma negociação entre Putin e o Presidente da Ucrânia, e isso é impossível porque o Putin não vai recuar um milímetro e sabem isso. Não percebe como é que é possível que haja pessoas tão desumanas. A vida vale muito mais que isto.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Disse que ia ser muito rápido e que apenas ia reforçar a posição do Partido Socialista dizendo que a questão da NATO, e o alargamento da NATO, é uma perspetiva. A NATO é muito clara quando diz que os países que quiserem aderir pedem a adesão. A Rússia, se quiser aderir à NATO, pode pedir a adesão. Era, talvez, uma forma de a esvaziar e de, eventualmente, acabar com ela, portanto, o argumento não é a expansão da NATO, o verdadeiro argumento é que, provavelmente, a Rússia, neste momento, está entregue a alguém que, provavelmente, ainda que não faça ideia porque não é médico e não consegue analisar isso, está num estado de loucura que o leva a fazer isto. No entanto, está em crer, pela história e por aquilo que é a relação dos dois povos, que o assunto que agora descambou desta forma é, realmente, muito antigo e muito vasto, que tem a ver com aquela vivência, com aquela proximidade e com a forma como as coisas têm evoluído.

Quis, no entanto, referir, porque não podia deixar de o dizer, que os acontecimentos de 32 e 33 foram protagonizados no tempo da União Soviética, pelo Stalin, portanto, não foi nessa altura que a Ucrânia esteve bem. Não foi.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em seguida, perante o pedido de defesa da honra manifestado, deu a palavra ao deputado municipal João Figueiredo.

Defesa da Honra proferida pelo Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“O que aconteceu aqui é algo, em todos os sentidos, absolutamente lamentável, porque a nossa posição foi lida, foi interpretada, e houve alguém que chegou aqui e, simplesmente, mentiu deliberadamente acerca daquela que é a nossa posição.

Nós estamos aqui na casa democracia para debater factos, debater opiniões, não estamos aqui para insultar quem aqui está a defender as suas opiniões.

Eu não estou aqui para menorizar de algum modo, ou de qualquer modo, as posições do senhor membro da Assembleia Municipal, qualquer ele que seja, de qualquer uma das bancadas. Não é esse o nosso papel, o nosso papel aqui assim é defender as nossas posições, defender aquilo que nós achamos que é o mais correto para o nosso concelho, para o nosso país, para o mundo, como é o caso neste debate. E, o que se passou aqui assim, foi uma tentativa de enxovalhamento, através de uma mentira muitas vezes repetida. Ela teve vários tons e, no caso do senhor membro da Assembleia Humberto Rosa, o tom foi o tom superior, portanto, passou a linha vermelha.

Portanto, é algo que eu gostava que a Mesa tivesse atenção, porque não tem tido. Porque nós podemos todos falar, dizer aquilo que queremos, mas há situações em que a Mesa tem que intervir para manter os bons trabalhos desta Assembleia Municipal e isso não tem acontecido, e cada vez está a ser pior, portanto, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal não está a fazer o seu papel em condições, e estes são dois pontos que nós achamos que são fundamentais.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, foi a mesma **reprovada** por **maioria** com onze votos a favor, sendo nove da CDU, dois do BE; uma abstenção do PSD; dezoito votos contra, sendo quinze do PS, dois do CH, um do um do CDS.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em seguida, pediu ao PSD para proceder à apresentação do documento F.

Deputada Municipal Sabine Büchel do PSD

“Solidariedade com a Ucrânia

24 de fevereiro de 2022 - uma data negra para a Europa.

A Rússia invadiu a Ucrânia, um Estado livre, soberano e independente, o que resultará, inevitavelmente, em sofrimento, dor e consequências imprevisíveis na paz e segurança mundial.

A invasão em curso é um ato ilegal, ilegítimo e imoral, já que a soberania e a integridade territorial dos Estados é inviolável, devendo ser preservada e protegida, nos termos do direito internacional.

Com esta invasão está sob ameaça, não só a segurança de todos os ucranianos, como também a soberania e integridade territorial da Ucrânia, bem como a vontade do seu povo, expressa em eleições democráticas.

A paz, a amizade e fraternidade entre povos e nações não pode ser hipotecada por uma guerra em que já há a lamentar perda de vidas humanas (civis e militares).

Assim, a Assembleia Municipal da Moita, reunida a 25 de fevereiro de 2022, delibera:

- Manifestar a sua total solidariedade para com o povo ucraniano neste momento de ameaça à sua integridade territorial.

- Apelar a uma resolução multilateral e pacífica deste conflito, no respeito pela soberania dos povos e dos Estados.
- Repudiar a guerra e a invasão russa da Ucrânia, assim como as repetidas provocações e ameaças de retaliação do Presidente Russo, Vladimir Putin, e do seu aliado bielorrusso, Alexander Lukashenko, que mais não visam do que o renascimento do imperialismo russo.
- Apelar à comunidade internacional para uma resposta clara, firme e determinada no seu apoio ao povo ucraniano e para a utilização dos mecanismos necessários e adequados para dissuadir a Rússia de continuar a invasão armada do território ucraniano.
- Apelar, também, a todos os Estados Europeus para que providenciem a ajuda humanitária necessária e urgente ao povo ucraniano neste momento sombrio de grande aflição.
- Saudar a disponibilidade de Portugal para receber refugiados ucranianos.
- Apelar ao cancelamento urgente de todas as relações comerciais com a Rússia, colocando-os párias no mundo, impedindo o seu acesso a fontes de rendimento com que alimentam a sua máquina de guerra.

Esta moção, caso seja aprovada, deve ser enviada ao Ministério dos Negócios estrangeiros, às embaixadas da Rússia e da Ucrânia e à Comunicação Social.

A representante do PSD na Assembleia Municipal da Moita”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com dezanove votos a favor, sendo quinze do PS, dois do CH, dois do BE, um do PSD, um do CDS; nove abstenções da CDU.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por último, pediu ao GMPS para proceder à apresentação do documento G.

Deputado João Palma do Grupo Municipal do PS

“MOÇÃO

CONDENAÇÃO À INVASÃO DA UCRÂNIA PELA RÚSSIA

A ofensiva militar lançada ontem pela Rússia no território da Ucrânia constitui uma agressão intolerável a um Estado soberano, uma violação do direito internacional que coloca em causa a coexistência entre as nações.

Afirmando que as divergências e conflitos entre os Estados devem ser resolvidos por meios pacíficos, os únicos admissíveis, impõe-se a retirada imediata das forças militares russas da Ucrânia e o respeito pela Rússia da soberania, independência, unidade e integridade territorial da Ucrânia, dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas, revertendo o seu reconhecimento unilateral das regiões de Donetsk e Luhansk da Ucrânia.

A agressão da Ucrânia pela Rússia deve assim merecer incondicional repúdio, exigindo a aplicação de sanções económicas aos seus responsáveis.

É também o momento de manifestar a nossa solidariedade para com o povo ucraniano, e particular apoio à comunidade ucraniana presente no nosso país e de apoiar as populações afetadas.

Nesse sentido, deve ser reafirmada a mensagem do nosso primeiro-ministro de que estamos prontos a acolher e apoiar aqueles que decorrentes destes atos de violência viram as suas vidas dilaceradas.

Para uma resolução deste conflito que faça cessar a violência sobre o povo ucraniano e o regresso à paz na região, só as soluções assentes no direito internacional, nos acordos estabelecidos entre os Estados e na diplomacia podem ser o caminho para o regresso à paz na região e para a prosperidade das suas populações.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita, reunida a 25 de fevereiro de 2022, delibera:

- a) Condenar a invasão da Ucrânia pela Rússia;
- b) Manifestar solidariedade com o povo ucraniano, e a reafirmar a soberania, independência, unidade e integridade territorial da Ucrânia, dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas.

Moita, 25 de fevereiro de 2022

Os eleitos do Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal da Moita”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com vinte e um votos a favor, sendo quinze do PS, dois do CH, dois do BE, um do PSD, um do CDS; nove abstenções da CDU.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do BE proferida pelo 1º Secretário da Mesa, Deputado Municipal António Chora

“A verdade é sempre a primeira vítima numa guerra, quando os envolvidos de um lado e do outro, se há coisa a que estamos habituados, é a que nos mintam. Foi assim na Chechénia, foi assim no Iraque. Nunca nos mentiram. E também sabemos que não há comunicação social isenta, é bom que nós fiquemos claros.

Mais do que os considerados de cada moção, nós votámos todas a favor, porque o que nos interessa é os seus apelos à paz. É isso que nos deve interessar a todos. É por isso que todos devemos continuar, a partir de hoje, e não ficar aqui agarrados às suas moções, a continuar a ir para a rua, a juntar-se às manifestações que existam e a mostrar a nossa solidariedade para com os povos que estão a ser envolvidos e estão a ser assassinados, de um lado e do outro, porque os russos também estão a ser vítimas.

O povo russo está a ser vítima do torturador, eu nem tenho nome para lhe chamar, Putin, que enche as prisões de pessoas, e ainda hoje encheu, quase mil e setecentas pessoas foram presas por estarem-se a manifestar a favor da paz. É lamentável.”

Declaração de Voto da CDU proferida pelo Deputado Municipal João Figueiredo

“Realmente, o que nós defendemos é a paz. A paz é um bem essencial, em si mesmo, e é, exatamente, pela paz que nós pugnamos, como tem acontecido ao longo de muitos anos. O Partido Comunista Português, Os Verdes e, muitas vezes, o Bloco de Esquerda também está connosco, noutras nem por isso, mas será quem está mais perto. Nós temos tido posições sobre a paz em várias situações e, infelizmente, não somos acompanhados por outros partidos, nem por outras forças a nível Internacional, porque, se calhar, se tivéssemos esse apoio ou se estivéssemos todos de acordo, esta situação não teria chegado a este descalabro.

Portanto, nós abstivemos nestas três moções porque estamos a esquecer uma parte da história e, para a relembrar, eu faço aqui menção a uma posição política, uma votação de um voto de condenação, datado de 2014, ainda antes dos acordos de Minsk para a paz na Ucrânia, em que, e isto passou-se na Assembleia da República, no dia 25/06/2014, dizíamos o seguinte: “solidarizar-se com a população vítima das brutais ações militares levadas a cabo pelas autoridades de Kiev na região de Donbass; condenar a perseguição e os ataques que têm sido perpetuados pelo regime de Kiev contra diversas forças políticas, em particular, a tentativa de ilegalização do Partido Comunista Ucraniano; exigir ao Governo português que tome uma atitude de condenação das ações militares levadas a cabo pelas autoridades ucranianas contra o seu próprio povo e das ações persecutórias contra diversas forças políticas”.

Esta tomada de posição posta a votação na Assembleia da República, foi rejeitada com os votos contra do PSD, do PS, do CDS-PP, e os votos a favor do PCP, do Bloco de Esquerda e de Os Verdes, portanto, nós

chegámos a este ponto porque houve uma parte muito grande da comunidade internacional, inclusive, em Portugal, que se esqueceu daquilo que estava a acontecer. Interessava esquecer-se. Como interessou esquecer, em mais um montão de situações que têm acontecido.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Interrompeu o deputado municipal João Figueiredo, que há pouco lhe disse que não estava a fazer a gerir os trabalhos da melhor maneira, porque, neste momento, já não estava a fazer uma declaração de voto, mas sim uma intervenção, uma vez que já chegou a 2014 e, daqui a bocado, está em 1917.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Disse que estava a fazer uma declaração, o senhor Presidente é que não devia estar com atenção àquilo que estava a dizer, porque estava a justificar porque motivo é que se absteve nas três moções.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Disse que todos na Mesa consideram que se está a desviar, completamente, e pediu que se cingisse aos assuntos que estavam a discutir, e que não viesse aqui dar lições de história.

Declaração de Voto da CDU proferida pelo Deputado Municipal João Figueiredo (continuação)

“Eu absteve-me, porque as moções aqui apresentadas contavam apenas metade da história, e é tão simples como isto. E, vossas excelências, acharam que deveriam tomar parte de um dos lados. Nós achamos que a paz é um bem essencial e, como tal, não votámos contra nenhuma delas, mas achamos que elas têm falhas.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Antes de dar a palavra aos deputados da Assembleia Municipal que pretendiam intervir neste período, pediu que fossem rápidos, porque já passaram o tempo estabelecido de uma hora, e também para que as pessoas, lá em casa, não digam que se perdem com *faits divers* e coisas que não têm a ver com o concelho, e também para que não fiquem com os assuntos e os temas por concluir, porque não faz sentido nenhum andarem sempre a desdobrar as sessões.

Em seguida, passou a palavra aos deputados municipais inscritos e deu por concluídas as inscrições.

Deputado Pedro Mateus do Grupo Municipal do PS

Disse julgar que havia aqui uma situação que era necessário esclarecer porque, pela quinta vez consecutiva, e sem justificação aparente, têm a ausência do senhor vereador Rui Garcia, que não comparece à cinco sessões sem justificação. Pensa que é um ato lamentável, um ato que demonstra que não aceita os resultados eleitorais e que não há um respeito por este órgão, porque sendo este um órgão autárquico importantíssimo, deveria estar presente nestas sessões, e não é a primeira vez que o senhor Rui Garcia, e o anterior executivo, tem esta atitude. Já na tomada de posse, recusou fazer a passagem do mandato nas devidas condições, o que é uma atitude antidemocrática, o não aceitar os resultados eleitorais, e pensa que isto tem que ser esclarecido, porque há aqui uma falta de respeito. Esta ausência do senhor vereador Rui Garcia é uma falta de respeito para com os membros deste órgão e para quem os está a ver.

Nada disto está previsto no Regimento, até porque, se estivesse previsto, não estavam aqui os restantes vereadores, bastava estar aqui o Presidente da Câmara, mas não, o que isto demonstra é mesmo uma falta de respeito por todos e acha que devia haver aqui uma clarificação da parte da CDU, justificando a situação sabendo, de antemão, que o senhor vereador Rui Garcia não justificou nenhuma ausência, mas havendo uma reflexão porque veem a bancada da CDU falar no saber estar e demonstram que não sabem estar. Não sabem estar na oposição, não sabem aceitar os resultados eleitorais, e porque era importante que o senhor vereador Rui Garcia estivesse aqui gostava que lhe prestassem esse esclarecimento, e pensa que há possibilidade de esclarecer esta situação.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Disse que queria fazer uma pergunta muito objetiva ao senhor Presidente da Assembleia, exatamente, por ser este o momento que lhe parece mais indicado, sobre quando pensa implementar as comissões permanentes. Já vão com quatro meses desde tomada de posse desta Assembleia, pensa que algumas coisas que aqui se passam também poderão ser analisadas, porque há uma comissão permanente dos responsáveis de cada bancada, há uma comissão permanente para analisar o Regimento e há comissões permanentes temáticas para os vários assuntos. A vida da democracia e a vida participativa dos eleitos da Assembleia não se faz só, e pediu desculpa a todos, no circo a que, às vezes, aqui assistem e, neste caso, porque o senhor Presidente é o responsável, perguntou-lhe diretamente quando é que terão as comissões a funcionar, uma vez que a responsabilidade é do senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Deputado Bruno Mendes do Grupo Municipal do CH

“Declaração Política

A Bancada do Partido Chega, desta Assembleia Municipal, vem demonstrar a sua indignação perante os últimos acontecimentos na Europa de Leste. Somos e seremos sempre a favor da paz, da liberdade, seja ela de consciência ou de expressão e ainda da democracia de qualquer povo soberano.

O colapso da União Soviética em 1991, permitiu a convocação do referendo, que resultou na independência da Ucrânia. A Federação Russa, por sua vez, nunca aceitou esta independência da nação Ucraniana, procurando sempre bloquear a aproximação de Kiev ao ocidente e logo limitando essa mesma soberania.

O clima de Terror imposto, pela Rússia, à nação Ucraniana, ao longo dos últimos anos, intensificou-se nas últimas semanas, tendo culminado nos atos bárbaros dos últimos dias, algo que consideramos intolerável. Todo e qualquer povo europeu em pleno século XXI deve ser respeitado, tal como a sua soberania legítima.

A teimosia e a demonstração de poder, pelo Kremlin e pelo seu Presidente, só tem causado sofrimento a uma população que só pretende ser livre nas escolhas a tomar para o seu futuro, não viver em constante clima de tensão e ameaças de conflitos armados, e que agora foi concretizado.

A Federação Russa coloca-se, mais uma vez, contra os valores europeus, contra a União Europeia, contra a Nato, contra os Países democráticos e contra a soberania dos países vizinhos, e nós estaremos sempre do lado da Democracia e contra os regimes autocráticos, que são uma ameaça para a Paz Mundial, pela qual tanto se lutou e pela qual tanta vidas se perderam.

Apoiamos, sem qualquer sombra de dúvida, o Povo Ucraniano, nos quais estão depositadas as nossas orações, lamentando ainda, que em Portugal, ainda exista um Partido, que não condene veementemente os regimes Autocráticos, Autoritários e Antidemocráticos, bem como não partilham de alguns desses mesmos valores europeus, mas connosco, NÃO PASSARÃO.

Aproximando-se a data do Dia da Mulher, no próximo dia 8 de Março, o nosso pensamento está com todas as mulheres Ucranianas, mães, filhas e irmãs, que sofrem diariamente com esta situação, tendo muitas delas, inclusive de abandonar as suas habitações, os seus pertences, pela qual passaram a vida a trabalhar e que agora correm o risco de perder, o mesmo se passa com a sua pátria, em fase de destruição, por parte de um megalómano, sem sequer haver qualquer tipo de provocação da parte da Ucrânia.

Vidas estão a ser ceifadas neste preciso momento em que aqui nos encontramos, mulheres, homens e crianças, famílias inocentes, pessoas que não fizeram a guerra mas têm de viver com ela e por vezes têm de lutar para defender o que é seu, ao invés daqueles que a provocam, mas que não têm lutar na mesma.

As Garras cruéis do Comunismo já mataram mais de 100 milhões de pessoas e parece que a sede de sangue e poder ainda não terminou.

A nossa total solidariedade está com todo o povo Ucraniano, bem como, com a comunidade Ucraniana em Portugal e, que, por sua vez estará, decerto a sofrer pelas suas famílias que se encontram no seu país natal.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Disse que contactaram, nos últimos dias, com a comissão de utentes da saúde da Baixa da Banheira, uma vez que esta teve uma reunião com a direção executiva do Arco Ribeirinho, e mais uma vez, tomaram conhecimento que a situação atualmente existente no edifício do centro de saúde da Baixa da Banheira não têm as mínimas condições, não existem mais gabinetes disponíveis para haver consultas e mesmo assim, existem mais de onze mil utentes de saúde sem médico de saúde da família. Ora, sendo que todos

estão, assim crê, de acordo com a necessidade absoluta de terminar o novo centro de saúde o mais brevemente possível, parece-lhe de todo estranho que, tendo a senhora Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale Amoreira sido convidada para esta reunião, não tenha comparecido nem justificado os motivos pelos quais, eventualmente, teria que faltar a esta reunião, e também por a comissão de utentes de saúde da Baixa da Banheira estar, há vários meses, à espera de uma reunião que pediram ao senhor Presidente da Câmara, para a qual não há sequer resposta.

Isto leva-o também à questão que foi aqui afluída anteriormente, por um elemento do PS, acerca da passagem de mandato, porque acha esse tipo de declarações profundamente lamentáveis, dado que os vereadores da CDU tiveram três meses e meio à espera para reunir com o senhor Presidente da Câmara, portanto, a passagem de testemunho foi feita nestes moldes. Após a tomada de posse, o senhor Presidente da Câmara esteve três meses e meio para receber os eleitos da CDU, apesar de todas as mentiras que disse, e os vereadores da CDU, por exemplo, ainda não têm computadores para trabalhar, os computadores que disse que desapareceram, com certeza, foi noutra sítio qualquer, não foi com os vereadores da CDU.

Mas, o que quis aqui dizer, é que isto poderia ter sido perfeitamente acertado nessa passagem de testemunho que não existiu, por culpa do executivo do PS, já que em setembro, na última Assembleia Municipal, o então Presidente Rui Garcia informou esta Assembleia que o centro de saúde estava atrasado, que a Câmara Municipal estava a preparar um dossier com todos os relatos de obra, que iriam aprovar sanções e que, muito em breve, iria ser feita a rescisão do contrato com a empresa para se fazer um novo concurso para a construção do centro de saúde. Com isto, perderam-se mais 3 meses e meio, a somar às décadas em que estão à espera do novo centro de saúde, também por responsabilidade, não do senhor Presidente da Câmara, mas de quem representa o PS na Assembleia da República, pelos muitos anos que votaram contra a sua construção.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em resposta à questão que o senhor deputado municipal João Faim referiu, disse ser verdade que atrasaram esse aspeto das comissões, um pouco também devido ao período complexo da pandemia e porque o próprio também teve um problema de saúde que durou cerca de um mês, mas comprometeu-se a reunirem na próxima semana para, se possível, numa próxima sessão, votarem as comissões.

Disse ainda, relativamente à intervenção do senhor deputado João Figueiredo, que o tema era propício no último ponto da ordem de trabalhos, e bem, aquando da discussão do relatório da atividade municipal, até por ser do seu conhecimento que esse era um dos temas sobre os quais o senhor Presidente da Câmara queria falar.

Em seguida, informou que iria dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, perante o pedido de defesa da honra que lhe foi manifestou por se ter sentido posto em causa.

Defesa da Honra proferida pelo Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Antes de mais, voltar aqui a um tema que me é muito caro, porque o senhor João Figueiredo fala de uma coisa que é a defesa da honra, a defesa de outros. Peço desculpa, vou intervir em nome da defesa da honra. Por quê? O senhor João Figueiredo acusa-me de mentir. Mentir. Peço imensa desculpa, mas quem está a faltar à verdade é a bancada da CDU, na pessoa do senhor João Figueiredo, quando diz que o Partido Socialista, a respeito deste tema da passagem de pasta e das reuniões e que o PS não quis reunir, que o executivo do Partido Socialista não quis reunir com os vereadores da CDU, é a mais profunda mentira. Teve que ser o Partido Socialista, antes de tomar posse, neste caso, a minha equipa, a solicitar ao senhor chefe de gabinete, em exercício, o atual vereador João Romba, um pedido de uma reunião para passagem de pasta, passagem essa de pasta que foi feita sem qualquer pasta à sua frente e onde foram tratados temas genéricos, e foi-nos dito que quando tomássemos posse, teríamos acesso à informação.

O que é certo é que nada nos foi deixado, e se quiserem ver, porque tivemos mesmo esse cuidado de filmar a nossa chegada ao edifício no dia 20 de outubro, em cima da minha mesa não tinha um papel, não tinha um computador, apesar de ter sido pedido para que fossem dadas instruções para que os elementos do PS tivessem e-mails criados à data da nossa chegada, para que os trabalhos pudessem decorrer com toda a normalidade. Nada disso foi feito. Mais, os e-mails da presidência foram apagados. E muitas outras coisas que se veio a ter conhecimento.

E acho muito engraçado, que não tem graça nenhuma, porque acusam-nos de mentir, de falácias, uma e outra coisa, mas como eu disse na última sessão da Assembleia Municipal, elenquei um conjunto de

irregularidades. Disseram que a montanha iria parir um rato. Disse que iria fazer chegar os ofícios a todos os elementos das bancadas dos partidos que não tinham representação na vereação. Fizemos mais, demos a todos os elementos dos partidos aqui presentes, e disse também neste espaço que quem quisesse poderia ir consultar lá os processos que nós assinalámos que tinham irregularidades. Nenhum elemento das bancadas aqui presentes pediu para ir consultar qualquer processo. Nenhum, e mantenho a disponibilidade que afirmei que tinha.

E dizer que, em relação ao centro de saúde, há muito se sabe que a empresa que está à frente do centro de saúde não tem capacidade económica de o concluir. O mesmo já disse em duas reuniões e peço muita desculpa se eu não reúno com certas pessoas, porque eu só reúno com pessoas e com entidades que têm figura jurídica para a qual eu possa reunir, têm estatutos. Não são entidades que se reúnem na rua e que são votados e eleitos ali, desconhecendo a forma como são eleitos e que legitimidade é que tem. Qualquer cidadão, se quiser saber alguma informação, pode fazer como qualquer outro cidadão tem feito até este momento, porque a Câmara Municipal é a casa dos cidadãos do concelho da Moita, e o Presidente da Câmara Municipal e o seu executivo está sempre disponível para os ouvir e para com eles falar.

Por isso, deixaram-nos um presente envenenado, na forma como conduziram esta situação do centro de saúde, e é só mais uma que nós vamos ter para resolver. E como eu disse na última reunião de Câmara, o nosso gabinete jurídico está a fazer tudo por tudo para o resolver, para que a nossa população, as pessoas, nomeadamente, da Baixa da Banheira, não sofram mais pelo atrasar mais desta obra, e para que os munícipes da Moita não tenham que pagar mais por esta obra, e poderiam tê-lo feito se fosse conduzida da melhor forma. E agora, o que se perspectiva que temos pela frente são mais seis meses de atraso, para o lançamento de um novo concurso, e mais sete meses para a conclusão da obra, e mais 500000 €, e isto valores por baixo, do custo adicional que a obra vai ter e que, se o município da Moita quiser mesmo este centro de saúde, terá de ter a disponibilidade para cumprir com este valor adicional, e isto tudo tem um rosto. Isto tem um rosto, e o rosto não está cá hoje presente.”

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - Ata nº04.21 – XII Mandato – Sessão ordinária de 08.09.2021

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata a votação e informou que, sendo esta a última ata do mandato anterior, quem não participou na sessão em apreço não poderia participar da votação.

Submetida a **ata** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com doze votos a favor, sendo cinco do PS, cinco da CDU, dois do BE.

2 - Ata nº01.21 – XIII Mandato – 1ª Reunião de Funcionamento de 19.10.2021

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata a votação e lembrou que quem não participou na sessão em apreço não poderia participar da votação.

Submetida a **ata** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com vinte e três votos a favor, sendo doze do PS, cinco da CDU, dois do CH, dois do BE, um do PSD, um do CDS.

3 - Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso - Lei nº8/12, de 21 de fevereiro

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada em 12/01/2022:

“Considerando que o disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8.06, determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de €99.759,58, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando, também, a alínea c) do n.º 1 do at.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21.02, que aprovou as regras aplicáveis à assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando, ainda, que, nos anteriores mandatos, a Assembleia Municipal da Moita, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, e que essas deliberações terão cessado, com o início de um novo mandato autárquico, existe a necessidade de solicitar, novamente, a referida autorização à Assembleia Municipal.

Assim, com vista à simplificação e celeridade processuais, à semelhança do que aconteceu nos mandatos anteriores e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:

1. Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/152, de 21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos seguintes casos:
 - a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;
 - b) Os seus encargos não excedam o limite de €99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.
2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21.02, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.
3. O regime de autorização ora proposto aplica-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que tenham efeitos a partir de 19 de outubro de 2021.
4. Doravante em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal será apresentada informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu ao Presidente da Câmara que apresentasse a proposta da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Relativamente a esta proposta, disse que iria passar a palavra à Vice-presidente Sara Silva para fazer a apresentação da mesma.

Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva

Esta proposta tem a ver com a autorização prévia, no âmbito da lei dos compromissos e pagamentos em atraso, e diz respeito ao procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico a um ano em que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens, através de locação com opção de compra, locação financeira e outros, sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando resultem de planos ou programas plurianuais e os seus encargos não excedam o limite de noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos em cada um dos anos económicos seguintes. Ou seja, considerando também a alínea número um do artigo seis, que aprovou as regras aplicáveis à assunção dos compromissos plurianuais, os novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação financeira, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias, está sujeita à autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando ainda que nos anos anteriores, nos anteriores mandatos, a Assembleia Municipal da Moita, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, e que essas deliberações terão cessados com o início de um novo mandato autárquico, existe a necessidade de solicitar, novamente, a referida autorização à Assembleia Municipal.

Assim sendo, propõem que a Assembleia Municipal delibere emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos que resultem de projetos ou ações de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano, que os seus encargos não chegam o limite de noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta votos a favor, sendo quinze do PS, nove da CDU, dois do CH, dois do BE, um do PSD, um do CDS.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

4 - Designação de dois representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Equipa para a Igualdade na Vida Local da Moita devendo, pelo menos, um ser presidente de Junta

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Informou que foi apresentada uma única proposta pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor:

“A bancada do Partido Socialista propõe:

- Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros
 - Artur Jesus Afonso Varandas
- Deputada Municipal do Partido Socialista
 - Ana Rita Condeço Neto”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta a discussão intervieram:

Deputada Teresa Lésico do Grupo Municipal da CDU

Apresentou uma proposta à Mesa em conformidade com a transcrição infra:

“Tendo em conta a atual composição do órgão, de modo a assegurar a representatividade das forças políticas maioritárias na Assembleia, e atendendo ao bom trabalho desenvolvido e à informação que sempre foi prestada ao órgão pela própria, a bancada da CDU, apresenta a proposta de que a eleita, senhora Mónica Ribeiro, seja um dos representantes a designar pela Assembleia Municipal para integrarem a Equipa para a Igualdade na Vida Local da Moita.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Informou que não podia aceitar a proposta agora apresentada, porque só indica uma pessoa quando têm que ser indicados dois representantes, sendo um deles, obrigatoriamente, presidente de junta, logo, não a pode aceitar porque não cumpre os requisitos, a menos que a quisessem reformular e indicar um presidente de junta.

Nesse sentido, o Grupo Municipal da CDU deu indicação à Mesa que propunham, igualmente, o Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas.

Assim, para esclarecimento de todos, informou que a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, propondo como representantes o Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Jesus Afonso Varandas, e a Deputada Municipal Ana Rita Condeço Neto, ficava identificada como lista A, e que a proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, propondo como representantes o Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Jesus Afonso Varandas, e a Deputada Municipal Mónica Alexandra da Silva Vilhana Ribeiro, ficava identificada como lista B.

Em seguida, submeteu as propostas a votação por escrutínio secreto.

Submetidas as **propostas** apresentadas a votação por escrutínio secreto, foi **aprovada a Lista A** com dezassete votos a favor, contra doze votos a favor da Lista B, e um voto em branco.

5 - Pedido de certidão da conformidade da intervenção com a estratégia da Área de Reabilitação Urbana para efeitos de benefícios fiscais - isenção de IMI nos termos do artigo 45º e 46º do Estatuto dos Benefícios Fiscais – Requerente João Bráulio Lopes Faria

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada em 28/01/2022:

“Através do requerimento n.º 535, de 7 de janeiro de 2022, veio o requerente solicitar a emissão de certidão da conformidade da intervenção com a estratégia da Área de Reabilitação Urbana, doravante ARU, para efeitos dos benefícios fiscais previstos nos artigos 45º, 46º e 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

A Câmara Municipal aprovou, em 6 de março de 2013, o Programa Municipal de Reabilitação Urbana/Moita.2025 (PMRU/Moita.2025), o qual estabelece as bases estratégicas para um programa municipal de reabilitação urbana a desenvolver no Concelho da Moita ao longo dos anos, estabelecendo o ano 2025 como meta para a concretização das ações que venham a ser delineadas como integrantes das várias operações de reabilitação urbana dos aglomerados urbanos do concelho, permitindo disponibilizar incentivos em termos de taxas e benefícios fiscais associados a obras de reabilitação do edificado naquela área.

A 25 de setembro de 2015, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou a delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana dos principais aglomerados urbanos de todas as freguesias,

áreas essas objeto de uma nova delimitação aprovada por deliberação da Câmara Municipal datada de 13 de fevereiro de 2019, sancionada pela Assembleia Municipal, na sua sessão de 22 de fevereiro de 2019, tendo sido igualmente aprovados os benefícios fiscais a atribuir em sede de IMI, IMT, IRS e IVA no âmbito da reabilitação do edificado urbano nessas áreas.

Assim, e neste contexto, procedeu-se à análise do pedido em concreto:

1. O imóvel do requerente, sito no Largo da Bela Rosa, n.º 14 e 16 na freguesia de Alhos Vedros, descrito na Conservatória do Registo Predial da Moita sob o n.º 2005/19940426, e inscrito na matriz predial urbana sob o art.º 802, situa-se na Área de Reabilitação Urbana de Alhos Vedros, tendo, na sequência de uma vistoria inicial para verificação do estado de conservação sido classificado como "péssimo", a que corresponde um nível de conservação de 1, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro.
2. Na sequência das obras de reabilitação realizadas, foi promovida a vistoria final para verificação do estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação "Excelente" - nível 5, pelo que é cumprido o disposto no ponto i) da alínea a) do n.º 23 do Artigo 71.º do Estatuto dos benefícios Fiscais - "i) Da intervenção resultar um estado de conservação de, pelo menos, dois níveis acima do verificado antes do seu início; (*Redação da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro*)"
3. No que respeita ao IMI, considerando uma taxa para 2022 de 0,37% sobre o valor patrimonial atual do imóvel, que de acordo com a avaliação constante na caderneta predial é de € 24.280,00 a isenção de IMI importa uma perda de receita no valor de € 89,90 anuais, totalizando no computo dos 3 anos, € 269,70.

Face ao atrás exposto, proponho que a Câmara municipal delibere:

Atendendo a que o imóvel se situa na Área de Reabilitação Urbana de Alhos Vedros, estando por isso enquadrado no regime específico que permite usufruir da isenção de [IMI, dedução de despesas em sede de IRS e tributação dos rendimentos prediais à taxa de 5%;

Atendendo a que, em resultado das obras de reabilitação, o imóvel subiu 2 níveis acima do verificado antes do início das obras, conforme já certificado por esta Câmara Municipal em 7 de janeiro de 2022, dando cumprimento ao disposto no n.º 23 do Artigo 71.º do EBF;

1. Aprovar a emissão de certidão para efeitos de benefícios fiscais ao nível do IRS, com a dedução à coleta de 30% do IRS dos encargos suportados com a reabilitação até ao montante de 500 € e tributação reduzida de 5% sobre rendimentos prediais e mais-valias em caso de alienação do imóvel, bem ainda, para efeitos de isenção de IMI por um período de 3 anos.
2. Submeter a presente proposta a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 19 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, para posterior comunicação à administração tributária."

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu ao Presidente da Câmara que apresentasse a proposta da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Esta proposta resulta do regulamento da Câmara, em que estas pessoas que requalificam as suas habitações, inseridas dentro da zona delimitada ARU, têm direito a um conjunto de benefícios fiscais e, nesse sentido, a Câmara propicia a essas pessoas, aprovando a emissão de uma certidão para esses mesmos efeitos ao nível do IRS, uma dedução na coleta de 30% do IRS dos encargos suportados com a reabilitação até ao montante de quinhentos euros e a tributação reduzida de 5% sobre os rendimentos prediais e mais-valias, em caso de alienação do imóvel, bem como ainda isenção do IMI por um período de três anos.

Sendo assim, registando-se e verificando-se essa mesma intervenção, conforme toda a informação produzida pelos serviços, a Câmara aprovou trazer à Assembleia Municipal a aprovação destes benefícios fiscais para quem, no município, reabilita o seu património, as suas habitações, dentro das zonas ARU, e aproveitou para, desde já, deixar um apelo para que mais pessoas possam reabilitar o seu edificado, porque cá estarão para continuar a proporcionar estes benefícios.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta votos a favor, sendo quinze do PS, nove da CDU, dois do CH, dois do BE, um do PSD, um do CDS.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

6 - Estratégia Local de Habitação do Município da Moita

A proposta infra foi aprovada por maioria, com uma abstenção, em reunião da Câmara Municipal realizada em 09/02/2022:

“A Estratégia Local de Habitação (ELH) é um instrumento que define a estratégia de intervenção em matéria de política de habitação.

A ELH deve ter por base um diagnóstico das carências existentes relativamente ao acesso à habitação, dos recursos e das dinâmicas de transformação das áreas a que se referem, de forma a definir as metas e os objetivos a atingir no período da sua vigência, especificar as soluções habitacionais a desenvolver e a sua priorização.

Fornecendo, deste modo, um enquadramento estratégico e um modelo de intervenção, para a atuação em matéria de habitação Municipal, transparente, simples, pragmático e mensurável, que oriente e articule as políticas públicas de habitação e a atuação das entidades públicas e privadas no território.

As ELH são valorizadas como forma de promover, não só a adequação dos instrumentos de política nacionais às especificidades locais e a adoção de uma abordagem integrada e estratégica na sua implementação, como para garantir que as soluções habitacionais a desenvolver, com apoio público, à integração socio territorial das comunidades menos favorecidas.

Com efeito, esta adequação e abordagem integrada é considerada particularmente crítica no caso dos instrumentos de apoio ao acesso à habitação por parte das famílias que vivem em situação de grave carência habitacional e que frequentemente enfrentam outros obstáculos mais profundos à sua inclusão e autonomia, como sejam a pobreza, o desemprego, a discriminação, a falta de qualificações, entre outros.

A ELH deve considerar a totalidade do parque habitacional (público e privado) para a identificação de carências habitacionais e sistematização de recursos imobiliários passíveis de mobilização na programação de novas soluções habitacionais.

O direito à habitação está consagrado desde 1976 na Constituição da República Portuguesa, juntamente com outros direitos sociais e culturais, como os direitos à segurança social, à saúde, à educação, à cultura ou ao ambiente.

A Lei de Bases da Habitação nasce da necessidade de garantir que em Portugal todos tenham direito efetivo a uma habitação condigna e recomenda aos municípios, construir, reabilitar, arrendar ou adquirir habitações economicamente acessíveis, promover a construção ou a reabilitação de habitações a custos controlados, ou contribuir para a melhoria das condições de habitabilidade do parque habitacional.

Para fazer face aos graves impactos económicos e sociais na União Europeia provocados pela COVID-19, o Conselho Europeu criou o Next Generation EU, um instrumento temporário de recuperação que contará com verbas a partir das quais se desenvolverá o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, onde se integra o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) de Portugal. O PRR de Portugal, consubstancia assim a implementação, em território nacional, de um inovador mecanismo criado diretamente por Bruxelas e que, estará em vigor entre 2021 e 2026. O PRR pretende ser um instrumento de transformação estrutural com

um forte impacto reformista, ao responder aos efeitos da crise pandémica, encontrando-se organizado em três dimensões estruturantes: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital.

A Dimensão Resiliência concentra 61% do montante global do PRR e reflete a forte prioridade atribuída ao robustecimento da resiliência do país. Na prioridade da redução das vulnerabilidades sociais inserem-se os relevantes investimentos e reformas nas áreas da Saúde, Habitação, Redes de Apoio dirigidas a pessoas vulneráveis e operações específicas em Áreas Metropolitanas.

Ao nível da Habitação pretende-se relançar e reorientar a política de habitação em Portugal, salvaguardando habitação para todos, através do reforço do parque habitacional público e da reabilitação das habitações indignas das famílias de menores rendimentos, por forma a promover um acesso generalizado a condições de habitação adequadas.

Pretende-se dar resposta a carências estruturais no acesso à habitação, sejam permanentes ou temporárias, procurando colmatar falhas de mercado, intervindo junto das famílias a viver em habitações indignas e desadequadas.

As carências habitacionais em Portugal, sentidas pelas famílias de rendimentos mais baixos e pela classe média, acumularam-se ao longo de décadas e agudizaram-se sempre em momentos de crise, como sucedeu com a crise financeira internacional ou, agora, com a pandemia COVID-19. A necessidade e a urgência em colmatar estas carências são inegáveis em prol de um direito fundamental como é o Direito à Habitação. Com a pandemia, tornou-se mais claro que as condições habitacionais são um importante fator de desigualdade social, de vulnerabilidade e de segregação territorial. Na ausência de um parque de habitação social com uma dimensão adequada e de uma resposta estruturada a carências de alojamento urgem estratégias assertivas e planeadas.

O Decreto-Lei n.º 37/2018 de 4 de junho (na sua atual redação), que cria o “1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação”, identifica como principal objetivo garantir as condições de acesso a uma habitação adequada às pessoas que vivem em condições indignas e que não dispõem de capacidade financeira para aceder a uma solução habitacional adequada, prevendo-se no artigo 30.º, a elaboração de uma Estratégia Local em matéria de Habitação e o seu desenvolvimento no respetivo território, para enquadramento de todas as candidaturas a apoio ao abrigo deste Programa.

Por sua vez, o artigo 2.º da Portaria n.º 230/2018 de 17 de agosto, que regulamenta o Decreto-Lei n.º 37/2018 de 4 de junho, no que respeita à Estratégia Local de Habitação, refere no seu n.º 2 que esta é elaborada de acordo com os princípios do 1º Direito, sendo a aprovação da mesma pelos competentes órgãos do município, necessária para apresentação de candidatura ao abrigo do referido Programa.

Nesse âmbito e com vista à construção da ELH, foi necessário efetuar previamente um Diagnóstico de Necessidades Habitacionais e com base no mesmo foram definidas as soluções habitacionais prioritárias para o concelho da Moita, nomeadamente, através de medidas de Reabilitação, Construção e Aquisição.

O documento apresentado comporta: uma Introdução que aborda o enquadramento, os programas em políticas de habitação e os parceiros; o diagnóstico do território e da demografia; o diagnóstico do parque habitacional privado, público, público-municipal e de outras situações, nomeadamente das Áreas Urbanas de Génesis Ilegal; o diagnóstico das condições indignas habitacionais, nomeadamente situações de precariedade da habitação e de pessoas em situação vulnerável; soluções habitacionais propostas, a respetiva ordem de prioridade, calendarização e estimativa de custos.

Deu-se também destaque à situação do parque habitacional municipal, não só porque este carece de intervenções no edificado (igualmente enquadradas no referido programa) mas também porque a sua realidade social e urbana poderá ser trabalhada no âmbito da Estratégia.

A Estratégia Local de Habitação do Município da Moita apresenta um conjunto de soluções habitacionais que responde, num horizonte temporal de 6 anos, à diversidade de situações de carência presentes no território do município em matéria de habitação. Sendo o horizonte temporal relativamente curto importa atender às situações de maior urgência que encontrarão resposta, sobretudo, via investimento público.

Estão abrangidos pela ELH que agora se submete a aprovação 1185 agregados familiares, 3024 pessoas, sinalizadas nas problemáticas que se seguem: núcleos precários, habitação pública municipal, habitação pública não municipal, habitações privadas em bairro público e pessoas em situação vulnerável que inclui as pessoas em situação de “sem abrigo”.

Em anexo à ELH, encontra-se a estimativa orçamental para os vários tipos de soluções habitacionais por situação e tipo de intervenção, bem como a previsão orçamental por entidade e beneficiários.

Pelo acima exposto e tratando-se a Estratégia Local de Habitação do Município da Moita de um documento estratégico e de planeamento do território em matéria de habitação, imprescindível para a resolução das

carências habitacionais do concelho, o mesmo contribuirá para a construção de um território mais justo e adequado às necessidades da população.

Assim,

Propõe-se que a Câmara Municipal da Moita, no âmbito da competência que lhe é conferida pelo articuladamente disposto na alínea i) do n.º 2 do art.º 23º, alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, delibere:

1. Aprovar a Estratégia Local de Habitação do Município da Moita, que se junta em anexo e que se dá aqui como integralmente reproduzida para todos os demais efeitos;
2. Sob condição de aprovação do ponto anterior, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a referida estratégia local de habitação.

Em anexo: Estratégia Local de Habitação do Município da Moita”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu ao Presidente da Câmara que apresentasse a proposta da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Como disse inicialmente, no período de intervenção do público, a estratégia local de habitação, estratégia essa que já poderia ter tido início em 2018, e por essa razão, neste momento, existem muitos municípios que já estão a rever a sua estratégia local de habitação, há muitos municípios que já estão a entregar as casas que decorrem do aceder a esses incentivos e, infelizmente, a Moita, por incúria, perda de tempo, falta de vontade, falta de querer, ideologia, por achar que caberia sempre ao Estado, não tratou em tempo útil este problema, que é de todos, e atrasou em demasia esta estratégia local de habitação, que não deixou de ser uma oportunidade também, porque o PS pôde, e bem, identificar outros tantos casos de pessoas em condições desfavoráveis que precisam desta habitação, e assim fizeram aumentar, em grande medida, face àquilo que estava inicialmente previsto.

Dito isto, informou que iria dar a palavra à vereadora Anabela Rosa para falar um pouco da estratégia local de habitação do município da Moita, estratégia essa que muito lhe apraz dizer que já traz o cunho do Partido Socialista e esperam em breve, muito em breve, num futuro próximo, poder rever aqui esta proposta porque, se neste curto espaço de tempo, identificaram muitas situações que carecem de ajuda, pessoas que carecem de ajuda, sabem que muitas mais ficaram por identificar e não querem que ninguém fique para trás e querem identificar todas essas situações e ajudar todos aqueles que necessitam para que, no futuro, quando vierem bater à porta da Câmara, possam dizer que têm como os ajudar, ao contrário do que hoje acontece.

Vereadora da Câmara Municipal, Anabela Rosa

A estratégia local de habitação é um documento de planeamento a nível habitacional e estrutural, necessário para concorrer ao programa de acesso à habitação 1º Direito, atualmente, com reforço do PRR e, deste modo, com forte incremento a nível financeiro, cujo objetivo é garantir as condições de acesso a uma habitação adequada a pessoas que vivem em condições indignas e que, por razões várias, não têm capacidade financeira para aceder a uma habitação a preço de mercado.

A estratégia local de habitação da Moita, que agora se apresenta à aprovação desta Assembleia, já peca por tardia, como acabou de referir o senhor Presidente, pois o programa 1º Direito já existe desde o ano 2018, e várias câmaras municipais aprovaram, em 2019, as suas estratégias locais de habitação e, neste momento, já estão a concretizar as suas medidas e, inclusive, já estão a fazer revisões às mesmas.

Este executivo, quando iniciou funções, encontrou a estratégia local de habitação numa fase inicial, à qual deu continuidade e conseguiu trazê-la à aprovação em quatro meses, pretendendo, desta feita, submetê-la à apresentação do IHRU e a demais procedimentos que são necessários para que possam concretizar as suas medidas, recuperar o atraso e, deste modo, apoiar as pessoas do concelho que, todos os dias, lhes batem à porta, e que assistem, com algum constrangimento, às dificuldades que têm em conseguir apoiá-las, uma vez que esta estratégia estima que se possam apoiar mil cento e oitenta e cinco agregados familiares, passíveis de enquadramento no programa 1º Direito.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta a discussão intervieram:

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Começou por dizer que a estratégia local de habitação é um documento cuja preparação já vem do anterior executivo da CDU. O cunho foi aquele que foi e, se calhar, não foi tão grande como aqui foi afirmado. Também acontece que as competências na habitação, até à transferência de competências, estavam sempre no governo central e, mesmo assim, a Câmara Municipal da Moita construiu cento e sessenta e tal habitações.

O que estão aqui a discutir é um documento que é relevante dada a necessidade de incluir estes trabalhos da habitação social no PRR, mais uma vez, são os fundos comunitários, ou os fundos governamentais, que possibilitam aos municípios fazer este tipo de intervenções que, pelo seu conteúdo, nomeadamente, nas opções de prioridades desenvolvidas no documento merecia ter sido apresentado pela equipa técnica que o construiu, por exemplo, numa sessão prévia a esta discussão na Assembleia ou, eventualmente, ser apresentado numa comissão permanente, razão pela qual, fizeram o pedido ao senhor Presidente da Assembleia para que se constitua, rapidamente, as comissões permanentes.

Estão genericamente de acordo, mas há aqui um conjunto de preocupações que gostariam de deixar. A primeira porque é falado no documento numa cooperativa de habitação e, num ponto, é mesmo referida a expressão cooperativa municipal de habitação, que será responsável pela construção de trinta fogos de habitação social, dos quais cinco são para ser entregues a um grupo especial desprotegido, que está identificado, em 2022 e 2023. A questão que colocam é que cooperativa é e em que moldes é que essa cooperativa vai atuar, se já está constituída, se vai ser constituída, porque isto é algo que está omisso neste documento e que, mais uma vez, gostavam de ter discutido numa apresentação mais vasta, para não estarem agora aqui limitados com o tempo que têm da Assembleia Municipal.

Outra questão que têm, é por que motivo, numa estratégia com um orçamento total superior a oitenta milhões de euros, não se apresenta como hipótese a reabilitação da habitação devoluta ou em ruínas, ajudando a densificar os núcleos habitacionais do concelho, transformando-os em habitação pública e deixando a reabilitação destes fogos continuar ao sabor dos interesses especulativos do mercado que os trouxeram ao estado em que agora estão.

As questões orçamentais levantam-lhes algumas dúvidas, dado o enorme volume financeiro previsto, mas querem referir-se, especificamente, a uma questão concreta. Na discussão do orçamento municipal, e ainda antes, na reunião preparatória ao abrigo do estatuto da oposição, alertaram, repetidamente, para a programação financeira que o PS propôs de quinze milhões de euros a executar, exclusivamente, durante o ano de 2022. Alertaram para o valor exagerado apenas para um ano, e mais ainda por ser o primeiro deste executivo, para os quais seria necessário lançar concursos e existir a execução da obra, e alertaram para a necessidade de existir rubrica aberta para os anos seguintes. O PS ignorou, completamente, e agora apresenta uma estratégia onde, em vez dos quinze, aparecem quatro milhões para 2022, aparecem seis milhões e sete para 2023, e não zero, como estava nas GOP, e assim por diante, portanto, afinal tinham razão na discussão do orçamento e bastaram três meses para o comprovar.

Aparece também uma intervenção em vinte e dois fogos do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, aqui apresentado como parceiro, para serem reabilitados, e a sua questão é se esses fogos serão reabilitados diretamente pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, ou se vai ser a Câmara que vai fazer estas intervenções, mais uma vez, substituindo-se ao papel do Estado.

Não encontram nesta estratégia uma visão de promoção do arrendamento jovem, que julgam ser fundamental para a boa saúde dos núcleos urbanos, permitindo uma renovação natural da população e, por isso, perguntam onde está o arrendamento jovem nesta estratégia.

Parece-lhes também que um documento deste tipo, com esta visão de curto prazo, que é necessária perante esta urgência de aplicar o PRR, está centrada na própria necessidade, permitam-lhe a expressão, de gastar o dinheiro da bazuca. Está mais centrada nesse objetivo do que em criar condições para uma política de habitação consistente com as necessidades da população que não têm capacidade para combater o aumento brutal dos valores de arrendamento que afetam cada vez mais as famílias.

Para a CDU, é essencial elaborar uma carta municipal de habitação, tal como decorre da lei de bases de habitação, porque esse sim é um instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação, a articular no quadro do plano diretor municipal, com os restantes instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal e onde, por exemplo, se definem intervenções a desenvolver para inverter situações de perda populacional ou o processo de gentrificação, ou ainda as necessidades de solo urbanizado e de reabilitação do edificado, que corresponde às carências habitacionais do concelho entre outras. E a questão que deixam a este executivo, é se pretende elaborar a carta municipal de habitação, ou se entende que este documento que agora estão aqui a avaliar e a votar, substitui a carta municipal de habitação.

Deputado Luís Morgado do Grupo Municipal do BE

Interveio em conformidade com a transcrição infra:

“O Bloco de Esquerda em relação à estratégia local de habitação quer deixar bem marcada a sua posição, porque fomos os principais impulsionadores, ainda em 2016, na Assembleia da República de um novo programa de realojamento habitacional (que veio a chamar-se 1º Direito), por essa razão temos que ser muito exigentes nas escolhas das políticas habitacionais do município da Moita

Uma das principais medidas para que mais pessoas (jovens e não só) escolham viver na Moita é a disponibilização de habitação pública, através de arrendamento apoiado. A oferta de alojamentos sociais é um dos principais instrumentos para fazer baixar as rendas dos senhorios privados que, pelo seu elevadíssimo valor, são inacessíveis à maioria da população

No nosso país o parque habitacional público é somente de 2% (120 mil fogos em quase 6 milhões de alojamentos), enquanto em muitos países da Europa ultrapassa os 25% e em grandes cidades da Europa, mesmo as que já têm parques habitacionais públicos muito significativos (Roterdão 44%, Viena 43%, Haia 31%) estão empenhadas em aumentar a oferta pública de habitação.

Foi por ter em conta a exiguidade da oferta habitacional pública em Portugal, que o programa habitacional 1º Direito lançou a todos os municípios o desafio de, até 2025, fazer crescer o parque de alojamentos sociais dos atuais 2% para 5%.

A Estratégia Local de Habitação da Moita, chega com relativo atraso ao debate e aponta para um número de 162 pedidos de habitação registados nos serviços municipais, situações a necessitar de realojamento, bem longe dos 92 indicados na resposta ao inquérito do IHRU. Porquê tal diferença de números? E que respostas habitacionais propõe esta Estratégia Local de Habitação da Moita?

Propõe a reabilitação de 167 habitações municipais (construídas no âmbito do PER 1, 2, 3, 4 e 5), reabilitação de 761 fogos privados (habitações vendidas pelo IHRU aos residentes), reabilitação de 92 fogos do IGFSS (Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social), que certamente irão melhorar as condições de habitabilidade desses fogos, mas que não fazem crescer o parque de habitação pública no concelho.

A Estratégia Local de Habitação do concelho da Moita apenas prevê o aumento de 162 novos fogos (construção de 122 casas novas de iniciativa pública, 30 a serem construídas por uma cooperativa de habitação e aquisição de 10 habitações).

Com estas escolhas políticas do Executivo municipal, daqui a 6 anos, o parque de habitação pública (do município, do IHRU e do IGFSS) da Moita passará dos atuais 870 fogos para 1.002 fogos, o que significará passar de 2,5% de habitação pública para 2,9% do conjunto de alojamentos (34.659) existentes no concelho.

Esta Estratégia Local de Habitação agora sujeita a apreciação, não apresenta respostas para as necessidades reais de alojamento digno (e são seguramente muito mais de 162 casos) e não aponta para o aumento significativo do parque habitacional municipal (atualmente apenas 173 fogos). E sem uma oferta robusta de fogos públicos com rendas acessíveis para jovens casais e outras pessoas com pequenos rendimentos, o município da Moita não atrairá mais população e não entrará num caminho de progresso social que todas e todos devemos exigir.”

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Prescindiu do uso da palavra.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Disse que a sua intervenção tinha, sobretudo, a ver com o facto de entender que se deve fazer um sério elogio à postura do atual executivo, no sentido de virar de uma forma positiva esta questão e de serem encontradas outras respostas no âmbito da habitação, e é evidente o curto tempo que passou e os prazos que aí estão, e há algo ainda mais para fazer, sem qualquer dúvida.

A atual legislação prevê a revisão destas opções de seis em seis meses, e é importante que se retenha esta questão porque, com certeza, haverá retificações a fazer, com certeza, terão que ser mais ambiciosos, mas louvar este gesto, esta preocupação, é fundamental porque, finalmente têm um caminho, têm uma luz ao fundo do túnel e vão com certeza, com esta atitude, acelerar este processo que é fundamental, e no período de intervenção do público sentiu-se a urgência de ter respostas muito concretas, para resolver problemas que são sérios e que são urgentíssimos, pelo que agradeceu ao senhor Presidente por esta atitude e por esta vontade que é fundamental.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar os esclarecimentos solicitados.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Pedi que lhe permitissem começar por responder às questões colocadas do fim para o início das intervenções, e dizer ao senhor deputado António Costa que esta ambição, este querer do executivo, reflete a vontade, o querer e a urgência que a população da Moita tem de respostas efetivas.

Passando para a intervenção do senhor Luís Morgado, disse que se acha que, ainda assim, existe e existirá falta de resposta com os números aqui encontrados, o que diria se visse aquilo que encontraram e aquilo que era a proposta que lhe chegou, mandatada ainda pelo anterior executivo. Num curto espaço de tempo foram muito, mas muito mais ambiciosos, e como já aqui foi dito, esta proposta, esta estratégia local de habitação pode ser revista de seis em seis meses e a ambição do executivo permanecerá enorme, porque também são enormes as carências e as necessidades da população.

Sobre a intervenção feita pelo deputado João Figueiredo, disse que não deixa de ser simbólico a menção ao solo urbanizável e ao solo urbanizado para fazer referência à falta de habitação e à habitação do concelho, quando todos verificaram, quando chegaram à Câmara Municipal da Moita, à boleia de uma adequação do PDM à legislação em vigor, que o que a CDU se preparava para fazer à frente dos destinos da Câmara Municipal da Moita era uma revisão encapotada do PDM, visando alargar o solo urbanizado e então aumentar também os índices previstos de construção nesse mesmo solo, o que não deixa de ser simbólico nesta referência.

No que diz respeito a outras temáticas, deixará para a vereadora Anabela responder, mas quis deixar aqui claro que o que foi dito aos serviços é que não haverá revisão encapotada do PDM. Quando o PDM for revisto será discutido de forma transparente com todos, e o que se fará agora é uma única adequação do PDM à legislação em vigor, e não o que estava inicialmente previsto, que era uma alteração encapotada.

Vereadora da Câmara Municipal, Anabela Rosa

Relativamente à questão colocada quanto à cooperativa de habitação, o que há a referir é que o instrumento de cooperativa de habitação está previsto no programa 1º Direito e, como tal, entenderam que seria um instrumento interessante a contemplar, desde logo, na estratégia local de habitação. E, como só é possível aplicarem as medidas e os instrumentos que estejam previstos na estratégia, esta medida foi, desde logo, contemplada, no entanto, a cooperativa ainda não existe e não pode ser identificada, mas tendo presente que está lá prevista, tem que ser direcionada e indicada para uma carência identificada na estratégia e alocada uma verba orçamental. Nestes termos, foi alocado na estratégia aos núcleos de mariscadores, que também são núcleos precários e que, também no âmbito do programa 1º Direito se prevê essa opção de constituição de uma cooperativa habitacional para esta carência, e a seguir, foram também identificados, trinta agregados familiares em situação vulnerável.

No entanto, no caso de a cooperativa não vir a ser constituída, terá de ser a Câmara Municipal a assegurar estas necessidades na íntegra, e caso venha a existir, esta cooperativa terá de ser validada pelo IHRU, em sede de candidatura. Mas, o que quis aqui realçar, é que não existe, nem está identificada nenhuma cooperativa, apenas existe em tese, e como tal, porque está prevista na estratégia, teve que ser, como já explicou, enquadrada numa necessidade e prevista também a nível orçamental, daí também estar no

mapa a previsão orçamental, no caso da existência da cooperativa, que aqui só está prevista para construção, ou seja, a aquisição do terreno será sempre da parte da Câmara Municipal e a cooperativa habitacional, a vir a existir, será sempre só para construção.

Entrando em previsões orçamentais, disse que a previsão orçamental da estratégia, se for só a nível da Câmara Municipal, estão a falar num valor estimado de vinte e seis milhões oitocentos e noventa e quatro, se vier a ser constituída uma cooperativa habitacional, podem ter um acréscimo e vir a obter trinta milhões trezentos e cinquenta e nove mil.

Relativamente à questão dos fogos do IGFSS, vulgo bairro da caixa, fogos de natureza pública habitacional, mas que não são propriedade do município, estão sinalizados na estratégia e podem ser abrangidos pelo financiamento no âmbito do programa 1º Direito, assim como as habitações em bairro público dos fogos do IHRU alienadas a privados, relativamente às partes comuns dos prédios. E isto para que os proprietários dessas frações do IHRU que foram alienadas aos particulares sejam elegíveis em termos do programa 1º Direito e possam beneficiar de verba para a reabilitação das partes comuns, em conjunto com o IHRU. Estes fogos destes agregados familiares, que foram aqui incluídos a pedido do IHRU, e para esta verba que poderá estar destinada, a Câmara Municipal terá que os avisar para que possam concorrer e ser ilegíveis no âmbito do financiamento direto a privados, não se trata de financiamento que sairá da Câmara Municipal. Este financiamento que está aqui contemplado é para estas situações que podem vir a integrar a estratégia, daí que, caso venham a ser notificados os beneficiários diretos e parceiros, têm um valor de quarenta e nove milhões e novecentos mil, num total de oitenta milhões duzentos e cinquenta e nove para estas situações.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Em suma, e apenas para concluir, disse que o que estão a fazer e o que trazem aqui com esta estratégia local de habitação, mais que pura e simplesmente apresentar uma ideia, é criar aqui um conjunto de ferramentas que possam ser colocadas ao dispor quer do município, quer dos particulares que queiram e verifiquem as condições de acesso a este financiamento, bem como, através da cooperativa, criar uma ferramenta para apoiar a habitação, nomeadamente, a habitação a preços acessíveis para jovens, permitindo desta forma fazer aqui esta discriminação positiva. O que estão a fazer aqui hoje, e o que trazem, é a proposta para aprovar um conjunto de ferramentas, conjunto de ferramentas essas que serão colocadas ao dispor do município e dos particulares para que possam aceder às mesmas e para que possam ter mais e melhor habitação no concelho.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com vinte e sete votos a favor, sendo quinze do PS, nove da CDU, dois do BE, um do CDS; três abstenções, sendo duas do CH, uma do PSD.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do BE proferida pelo 1º Secretário da Mesa, Deputado Municipal António Chora

“Há mais de 3 anos que o município da Moita tem à sua disposição o 1º Direito (Decreto-Lei nº 37/2018 de 4 de junho), o mais importante instrumento de política habitacional pública das últimas décadas. Criado pela Resolução da Assembleia da República nº 48/2017 de 20 de março na sequência duma iniciativa legislativa do BE (Projeto de Resolução de 7 de julho de 2016), o 1º Direito prevê respostas não apenas para quem viva em condições habitacionais indignas (sobrelotação, insalubridade e insegurança), mas também para vítimas de violência doméstica, pessoas sem-abrigo ou com necessidades específicas de mobilidade.

E o programa 1º Direito também prevê significativos apoios financeiros aos municípios (com o PRR a tão almejada bazuca) poderão chegar a 100% de fundo perdido para as primeiras 25.762 famílias a necessitar de realojamento indicadas pelos 190 municípios que responderam ao inquérito do IHRU).

O Município da Moita tem dado respostas muito limitadas para o gravíssimo problema da falta de habitação digna.

Só em junho de 2021 (três anos depois da entrada em vigor da lei do 1º Direito) é que o município da Moita contratou externamente a elaboração da Estratégia Local de Habitação, a qual, de acordo com a Portaria nº 230/2018 de 17 de agosto, deve fazer o diagnóstico atualizado das carências habitacionais, indicar as soluções habitacionais que o município quer concretizar, a respetiva programação e prioridades.

No ELH, o município da Moita não escolheu como solução predominante para realojar as famílias a construção apreços controlados de mais alojamentos sociais que aumentariam o número de fogos públicos no município. E porque é que é tão importante aumentar o número de fogos públicos no município?

Porque uma das principais medidas para que mais pessoas (jovens e não só) escolham viver na Moita é a disponibilização de habitação pública, através de arrendamento apoiado e o que agora nos é apresentado é uma resposta insuficiente, que não dará um contributo sério para que se atinja um parque habitacional público de 5% a nível nacional, nem dará resposta às necessidades de habitação acessível e de qualidade, que o concelho da Moita necessita.

O nosso sentido de voto foi um sim, mas... mas porque é insuficiente, mas... porque como diz o nosso povo, mais vale tarde que nunca, mas... porque garantimos que iremos acompanhar o seu desenvolvimento lutando para que o mesmo possa ser um exemplo a nível nacional.

Moita, 25 de Fevereiro de 2022

Os Eleitos do Bloco de Esquerda”

7 - Apreciação da Atividade Municipal

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu ao Presidente da Câmara que fizesse a apresentação do Relatório da Atividade Municipal.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Disse que este relatório espelha bem aquilo que foram os dois meses de trabalho intenso da Câmara Municipal nas mais diversas áreas, desde a promoção do concelho da Moita junto das mais diversas entidades, a reuniões com secretários de Estado e ministros de diversas áreas, sempre no sentido de trazer para a Moita e defender aquilo que são os interesses do concelho da Moita.

Têm aqui também presente algo que é de grande importância, porque reuniram e trouxeram ao município um secretário de Estado para falar da descentralização de competências, onde estiveram representados todos os presidentes de junta, bem como os deputados na Assembleia da República residentes no concelho, e ainda todos os dirigentes desta Câmara Municipal, no sentido de ganhar o tempo que foi perdido e recuperar esse mesmo tempo perdido, dotando a Câmara Municipal da Moita da capacidade de assumir as competências, o que terá de fazer no dia um de abril. Pelo menos numa competência foi-lhes proposto que fosse adiada, que é na área da ação social, oportunidade essa que, face a todos os constrangimentos que encontraram desde que assumiram esta casa, irão aproveitar não por não acreditarem que uma gestão de proximidade pode trazer vantagens na capacidade de resposta e na capacidade de promover a ação social junto daqueles que mais necessitam, mas apenas porque estão assoberbados de questões para resolver, algumas já foram aqui elencadas e, sendo-lhes permitido, irão adiar pelo menos esta para terem tempo para resolver todas as outras e para que cheguem a bom porto.

Por último, e porque acredita que todos tiveram a oportunidade de ler o documento, disse que ficaria ao dispor para responder às questões que vierem a ser colocadas.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir e pediu que manifestassem, desde já, a sua intenção porque ia encerrar as inscrições.

Colocado o relatório à discussão intervieram:

Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas

Disse que esta era a sua primeira intervenção na Assembleia Municipal, porque quis dar uma nota prévia do seu espanto e da sua indignação em relação ao facto do seu nome constar numa lista, numa proposta, sem a sua autorização, sem a sua concordância, e não pela outra pessoa que consta na lista, a senhora deputada municipal Mónica Ribeiro, mas pelo facto de ser uma proposta e uma lista apresentada por parte da CDU. Com isto quis só dar uma pequena nota, porque acha que é um desrespeito não pediram a sua concordância e, em face da lista em que verdadeiramente concordou pertencer, a lista A, ter saído vencedora, pensa que a questão está sanada, no entanto, não quis deixar de dar aqui esta nota.

Depois, disse que pretendia colocar duas questões ao senhor Presidente da Câmara que têm, naturalmente, a ver com a freguesia de Alhos Vedros. A primeira sobre o plano de repavimentação municipal do anterior executivo, para saber, porque não tem a certeza, daí a questão, se está ou não concluído e se foi integralmente implementado. Em seguida, leu um documento da Câmara Municipal, de quando este plano foi aprovado que dizia que “com um investimento global no valor de um milhão seiscentos e trinta e sete mil oitocentos e cinco euros, vão ser reabilitados pavimentos em trinta e cinco arruamentos do concelho, alguns de grande dimensão, com a renovação da camada de desgaste das faixas de rodagem e a reposição das pinturas rodoviárias, além da construção de um novo arruamento nos Brejos que se encontra em terra batida” e reiterou que apenas queria perguntar se, de facto, o plano tinha sido concluído porque constata que, destes trinta e cinco arruamentos, em Alhos Vedros só foi feita uma repavimentação de cento e cinquenta metros na rua Padre António Vieira, nas Arroiteias. Acha que está a ver bem, mas, ao mesmo tempo, está um bocadinho indignado com esta situação, porque lhe parece que, em trinta e cinco arruamentos no concelho, Alhos Vedros só tem cento e cinquenta metros. A não ser que o plano não esteja concluído e ainda exista alguma repavimentação por fazer, porque Alhos Vedros tem uma necessidade premente nas Arroiteias, nas Morçoas e no Bairro Gouveia, portanto, são várias as necessidades de Alhos Vedros, e acha que este plano, que veio de 2021, revela que não supre as necessidades.

A segunda questão que também quis colocar tem a ver com a requalificação do largo da Capela, na Barra Cheia, que, como todos sabem, é uma questão antiga que já vem de um litígio judicial que terminou há uns anos com a sentença e com o trânsito em julgado do próprio processo, e que depois, pelo que tem conhecimento, não foi implementada a decisão e não avançaram as obras de requalificação do largo na Barra Cheia, pelo que, se fosse possível, gostava de saber alguma informação sobre esse tema.

Deputado Luís Morgado do Grupo Municipal do BE

Começou por apresentar o seu reconhecimento pelo documento que foi apresentado dos atos da Câmara, porque está com bastante detalhe, e levou-lhe algum tempo de leitura, mas não é isso em concreto o que o traz aqui, mas sim uma questão sobre a água e a seca que estão a viver.

Com certeza, o município também vai adotar medidas, apesar de serem um concelho em que, felizmente, a água está sempre próxima, mas já há muitos furos. Ao longo dos anos, e nestes últimos dez anos, as bombas que estavam a sessenta metros, se calhar, já estão a sessenta e cinco, e há, em certos locais, pela presença dos furos e também pelo acréscimo da diminuição nas chuvas ao longo dos anos, neste momento, poços que não têm mesmo nada, logo, há já uma manifestação de seca também por aí.

Existem também outras leituras e porque esteve a ler alguns trabalhos, nomeadamente, da entidade reguladora dos serviços de água e resíduos, e concluiu que, infelizmente, no país, não é só a ETAR da Moita e do Barreiro que não está ainda em condições de poder utilizar as águas daí aproveitadas. Recordou que a ETAR Moita Barreiro foi paga muito antes de começar a servir as populações do Barreiro e da Moita, que a pagaram durante vários anos, e uma das ideias que havia era colocar o parque Zeca Afonso, pelo menos como experiência piloto, a utilizar as águas de lá aproveitadas.

Na última visita que fez há poucos meses, e em que teve a possibilidade de estar naquela ETAR, constatou, e constata-se facilmente, que o investimento é muito ralo, não se verifica, chega ao ponto da maior cobertura que lá está, estar já perfeitamente danificada e, até nisso, se nota a falta de investimento. É claro que o aproveitamento destas águas residuais, por exemplo, para o parque Zeca Afonso, que é um parque extenso, e calculo que ele tenha furos e que a água seja fornecida diretamente por alguns furos próprios, a verdade, porém, é que um furo é um furo e vai buscar água onde ela está, água que poderia ir para outro lado, logo, tudo isto deve ser equacionado, deve ser pensado, porque embora o concelho da

Moita não se pronuncie, de uma forma gritante, por vir a faltar água, o certo é que têm de entrar em poupança em relação a esta questão. Não sabe se a Câmara já começou a pensar no que é que se há de fazer, senão, que comece mesmo a pensar porque a seca vem aí.

Deputado Pedro Mateus do Grupo Municipal do PS

Disse que o relatório é extenso e mostra que muito já foi feito, mas pediu que lhe permitissem destacar alguns pontos, desde logo, a organização dos serviços porque, neste momento, para todos, existem serviços mais eficientes na autarquia e tudo isto se traduz num melhor serviço prestado aos munícipes e também numa melhor gestão dos recursos financeiros da autarquia.

Sobre o anúncio da construção do pavilhão desportivo na escola secundária da Baixa da Banheira, o que tem a dizer é que o senhor Presidente, em mês e meio, fez mais do que os executivos do PCP em 45 anos, porque nunca anunciaram nenhum pavilhão desportivo e o único pavilhão desportivo que existe foi construído antes do 25 de Abril.

Sobre a situação dos esgotos do Gaio que já estava a deixar os munícipes em desespero, e que confirmaram quando andaram lá em campanha, contactaram com os munícipes e verificaram essa situação, referiu que foi resolvida em dez dias. Ou os esgotos em Alhos Vedros, e é a pena estarem a falar de uma pessoa que não está, mas têm que falar da pessoa que está ausente, em que nunca foi reconhecida a verdadeira dimensão do problema dos esgotos em Alhos Vedros, O que era dito aqui, e o que foi dito na comissão de Ambiente é que eram descargas pontuais, que a água que passava ali era a água das piscinas e, neste momento, têm uma dimensão enorme nos esgotos de Alhos Vedros, mas acreditam todos que este executivo vai tentar resolver, e vai resolver esta questão para bem da população, até porque estavam em período eleitoral e houve sempre um encobrimento dessa situação.

Sobre o anúncio da reconstrução do moinho do Gaio, que está há décadas naquela situação, acha que todos devem felicitar o executivo da Câmara por esta reconstrução, bem como pelo anúncio de criar condições para pessoas com problemas de mobilidade na acessibilidade ao Salão Nobre dos Paços do Concelho e ao gabinete da Presidência, atitude que também é de louvar por anos e anos em que as pessoas ficaram privadas de poder assistir no Salão Nobre tanto às reuniões da Câmara, como às sessões da Assembleia Municipal, bem como contactar ou chegar ao gabinete do senhor Presidente.

Igualmente sobre a parada de Natal, que levou alegria às localidades e que demonstra que, quando existe dinâmica, quando existe o apoio dos trabalhadores e também da autarquia, se consegue levar essa mesma alegria a várias localidades e sem investir milhares de euros em eventos televisivos, é preciso é que exista dinâmica e vontade.

E depois, os dois virgula cinco milhões anunciados para a frente ribeirinha, que também é de saudar, porque nunca passou de um chavão o que anterior executivo, e os anteriores executivos, falavam da frente ribeirinha, em que anunciaram, em tempos, três virgula cinco milhões e nunca se concretizou, mas o que se concretizou foi um virgula dois milhões na caldeira que está no estado em que está, um valor que foi, praticamente, jogado à rua.

Pelo exposto, pensa que o senhor Presidente está de parabéns por algumas medidas, e muito mais podia ser referido, mas todos acreditam que vão trazer qualidade de vida aos munícipes, às empresas, ao movimento associativo, e isso é que é o importante para todos.

Deputada Mónica Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

Antes de colocar a sua questão ao senhor Presidente da Câmara, quis deixar aqui expresso que, provavelmente, não leu o mesmo relatório que o senhor Pedro Mateus porque, na realidade, não leu um relatório onde esteja espelhado que o pavilhão da escola secundária da Baixa da Banheira já foi construído, não leu um relatório que diga que a questão dos esgotos em Alhos Vedros já foi resolvida, e também não leu um relatório que diga que o moinho do Gaio já foi reconstruído, portanto, por enquanto, não passam de intenções e de necessidades, mas não discute isso. Aliás, algumas foram sempre necessidades que a CDU colocou ao longo dos seus mandatos, agora reduzir aquilo que a CDU construiu no concelho da Moita, em quarenta e tal anos, a intenções de construção, onde ainda nada foi construído, significa que, se calhar, andam a ler relatórios completamente diferentes. A isso chama "lançar foguetes antes da festa", e para repor aqui uma situação, recordou que, pelo menos, o pavilhão da escola básica José Afonso em Alhos Vedros foi construído depois do 25 de Abril. Já tem alguns anos, é certo, mas foi construído.

A questão que quis colocar ao senhor Presidente da Câmara é muito simples, porque alguns munícipes têm falado com os eleitos da CDU, principalmente das zonas mais rurais, Barra Cheia, Brejos e Penteados, referindo alguma preocupação porque parece, e pessoalmente também já o constatou ao dar algumas voltas ao pé da sua casa, que não estão a ser cumpridos os circuitos de recolha de monos. Naturalmente, não é bonito de se ver ao pé dos contentores, ainda para mais porque as pessoas depois também não têm cuidado na forma como depositam os monos, daí a questão que colocou, para saber se há, realmente, alguma problemática relacionada com esses circuitos, se está para breve a sua resolução para, realmente, terem um concelho a mais limpo, aliás, como todos pretendem.

Presidente da União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, Ana Costa

Disse que gostava de colocar três questões, sobre as quais, também a si, a têm questionado bastante, e daí a necessidade de pedir esclarecimentos. A primeira tem a ver com os pontões do Gaio que, como é do conhecimento geral, foram retirados já algum tempo para reparação. Já por diversas vezes foram adiantadas datas para a recolocação dos pontões no local, mas até agora não há ainda a instalação definitiva dos mesmos, pelo que gostaria de saber qual é que é o estado atual da reparação, e se já existe alguma data prevista para que os pontões sejam definitivamente instalados.

A segunda questão tem a ver com a ciclovia, mais em concreto na zona do início do Gaio até à praia do Rosário, onde ela termina, uma vez que, na sua opinião, ela acarreta, neste momento, algum perigo para quem a utiliza, uma vez que não existem limites que separem a estrada da ciclovia. Não sabe se por desconhecimento do local, se por mera distração de quem ali circula de automóvel, mas os automóveis, muitas vezes, utilizam o espaço destinado à ciclovia, o que acarreta algum perigo para quem a utiliza, portanto, gostava de saber se também existe alguma intervenção planeada, o que é que vai ser feito e para quando é que vai ser feito.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Quis, antes de mais, felicitar a Câmara Municipal pelo bom trabalho gráfico que é apresentado no relatório de atividades porque, de facto, é um trabalho que até valoriza artistas locais e é um ponto que gostaria de assinalar positivamente.

Já não consegue acompanhar com este seu elogio o conteúdo do próprio relatório porque, de facto, considera que é um relatório com grandes lacunas e, principalmente, com alguns aspetos de linguagem que considera serem um lapso, e espera que não seja um tique, mas que, de alguma forma, desprestigia quer a Câmara Municipal, quer a própria Assembleia, porque nele se fala, e as fotografias assim o documentam, que o executivo municipal participou numa dada sessão, aliás, refere isso mais que uma vez, e numa das fotografias vê-se bem que é parte do executivo municipal, porque o executivo municipal são o Presidente da Câmara e oito vereadores, e participaram, eventualmente, pelo menos pela fotografia que vê, os vereadores com pelouro atribuído, portanto, não é por uma mera questão de semântica, mas sim porque o executivo municipal é toda a vereação eleita e o Presidente da Câmara.

Outra situação que, de facto, como membro da Assembleia, e pediu desculpa ao senhor Presidente da Assembleia por apontar esta questão, o ofende enquanto membro da Assembleia, é sobre o Congresso da Associação Nacional de Municípios, onde refere que “o edil moitense, fez-se acompanhar do Presidente da Assembleia Municipal”. O Presidente da Assembleia Municipal não tem que acompanhar nenhum Presidente de Câmara ao Congresso da Associação Nacional de Municípios. O Presidente da Assembleia Municipal é a primeira figura deste órgão e é, por direito próprio, membro de pleno direito, efetivo, ao Congresso da Associação Nacional de Municípios, pelo que não pode ser aqui caracterizado como um mero acompanhante. Colocou esta situação e pediu à Câmara Municipal, encarecidamente, algum rigor no tratamento porque já assistiram aqui a alguns episódios lamentáveis que, de facto, também se começa a estender como uma mancha de óleo que vai alastrando, e pensa que terem aqui algum trato e respeito pelos órgãos, é fundamental, e é também o respeito pela própria democracia e também por quem elegeu este órgão.

Sugeriu e pediu ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em nome da bancada da CDU, que lhes fizesse chegar um ponto de situação das obras em complemento ao relatório que aqui é apresentado, porque é apresentado um conjunto de fotografias sem mais informação nenhuma, apenas meros registos fotográficos de algumas obras, e gostam de ver as obras a progredir no terreno, mas querem saber, efetivamente, qual é o ponto de situação de cada uma delas, se está dentro dos prazos, que autos é que já foram pagos, se há atrasos, portanto, é essa a informação que a Assembleia tem que ter, e não um

mero conjunto de fotografias, algumas que até nem são as mais felizes para ilustrar, exatamente, a atividade que é feita.

Para terminar, fez mais um apelo ao Senhor Presidente da Câmara, apesar de ter conhecimento que, neste momento, a questão dos semáforos do cruzamento da rua Fernando Pessoa com a rua Eça de Queiroz já está resolvida, felizmente, mas estiveram avariados até há pouco tempo e houve lá um acidente muito grave. Não sabe o que é que se passou, nem se era preciso alguém lá ir rearmar o programador porque estiveram em pisca-pisca amarelo durante muito tempo, mas o que é certo é que houve um acidente grave, com feridos, com a presença de ambulância, da GNR, e esta é uma via, como todos sabem, de muito movimento, que serve uma escola com muitos alunos, muitos pais, e é também uma via que serve as localidades do Gaio e do Rosário. Felizmente, reiterou, a avaria já está reparada desde ontem ou anteontem, e sabe isso porque mora ali perto, mas o semáforo não pode, de facto, ficar tanto tempo avariado, porque ele faz mesmo muita falta ali.

Tesoureiro da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Luís Cerqueira

Antes de mais nada, quis dar os parabéns a este executivo por ter feito muito em tão pouco tempo.

Em relação ao território da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, e já hoje aqui foi dita muita coisa positiva para aquela população, foi feito um avanço brutal com o documento da estratégia local de habitação, para resolver problemas que outros não resolveram e não são para ser resolvidos daqui a dois ou três anos, existe já a ação para este ano, para 2022, portanto, coisas boas.

Em relação ao pavilhão da escola, também uma coisa que outros não fizeram, cujo início nasce com o Partido Socialista na Baixa da Banheira, começando a prever cabimento e verba para um pavilhão. É assim que nasce a obra. E, por falar em obra, já ouviu aqui exigirem a este executivo que, em seis meses, acabasse uma obra na Baixa da Banheira, que é o centro de saúde, uma obra que devia estar concluída quando este executivo tomou posse, portanto, a população falou e a obra vai nascer.

Relativamente à mobilidade, disse que não podiam esquecer a mobilidade na Baixa da Banheira, porque existe um problema grave que é antiga ponte de pedra porque aquele acesso não cumpre a legislação e é um problema que lá está há muitos anos. Existe, de facto, uma barreira entre a zona norte e a zona sul da Baixa da Banheira, uma barreira que foi criada e que pouco foi feito pelo anterior executivo, pelo que gostaria de saber o que é que está pensado e o que é que já foi feito para resolver o problema.

Ainda em relação à mobilidade, quis dar também os parabéns porque viu uma passagem, um simples passeio, onde passam dezenas, senão centenas de crianças, ao lado da escola “Benetton”, onde também, no passado, nada foi feito, daí dar os parabéns por, finalmente, ver o caminho a ser executado. Obra feita. O pavilhão não está, vai estar, mas esta já está, já se vê com os olhos.

Em relação ao lazer, importante também na Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, perguntou o que é que está pensado para o espaço de lazer na zona das Fontainhas, um parque que tem um potencial e que está degradado, e que tanta falta faz.

Sobre outra zona de lazer, o parque Zeca Afonso, disse que se foi vendo a degradação ano após ano. Os fatores diferenciadores que o parque tinha, e eram muitos, seja a ponte, certos divertimentos, certos ícones que tinha, que foram deixando, pouco a pouco, morrer, com umas baias que não permitiam utilizá-lo, portanto, também pretende saber o que é que este executivo tem pensado para aquele parque. Sabe que já fez algum trabalho, vê-se a ação, mas querem saber o que é que pensam para aquele parque, porque a Baixa da Banheira e o Vale da Amoreira também precisam de sítios de qualidade para as pessoas terem o seu lazer.

Para terminar, referiu que, para o muito que este executivo fez neste tão curto espaço de tempo, é preciso ter um Presidente com uma grande paciência, até porque já ouviu falar aqui do relatório da atividade municipal, mas falarem de detalhes, o que foi aqui falado foi de detalhes, porque este relatório que espelha aquilo que foi feito é, de facto, detalhado e tem muita informação, informação que nunca viu a CDU dar.

Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira

Disse que tinha algumas notas, mas que ia tentar ser breve a passar a sua mensagem, porque já fez parte desta Assembleia Municipal durante três mandatos como deputado municipal e, neste momento, por inerência do cargo, como Presidente da Junta de Freguesia da Moita, logo, está aqui em representação da freguesia da Moita, ainda que, claro, com todo o interesse em representar o concelho.

Apesar de não querer ter este tipo de intervenção, por causa do cargo que exerce e da forma como está nesta Assembleia, tem que registar que, nestas duas últimas assembleias, tem verificado algum comportamento por parte de alguns membros da bancada da CDU que em nada têm dignificado estas sessões. Não quer, nem vai, falar em pessoas e individualizar esta sua intervenção, mas tem que dizer que todos têm opinião e não podem, quando a opinião não lhes agrada, começar com bombardeamentos verbais a ultrapassar os sons destas colunas e de quem está ao microfone. Tem ouvido muita coisa no seu lugar e, na última sessão, aconteceram aqui situações que em nada dignificam estas assembleias, pelo que gostava que, no futuro, as coisas se controlassem e que usassem este microfone para defesa da honra e para todas as intervenções, porque se cada um for falar mais alto que os outros, é uma coisa horrorosa. Porque hoje já ouviu, por duas vezes, tentativas de descredibilização da forma como o senhor Presidente da Assembleia tem conduzido os trabalhos, inclusive, dizerem que não está a ter uma boa posição e que não controla as coisas, quis dizer ao senhor Presidente, que é com todo o agrado que, através da sua pessoa, enaltece o trabalho de toda a Mesa da Assembleia nesta sessão porque, na sua opinião, têm dignificado este órgão. Assim, desejou-lhes o melhor trabalho possível daqui para a frente, que continuem e que não se deixem intimidar por sentidos de opinião que só querem que o trabalho da Mesa não seja corretamente executado.

Relativamente à apreciação da atividade municipal, disse que foi com muito agrado que viu a forma como este relatório foi apresentado, que lhe chamou a atenção porque não estava com textos e mais textos e mais pontos e mais aborrecimentos, e ter que ler, ler e ler, muitas vezes, coisas sem conteúdo, como assistiu no passado nestes relatórios, e parabenizou também a forma como está ilustrado e a forma como divulga obras de artistas locais.

Pedi que lhe permitissem discordar do membro João Faim porque, se fossem falar da representação dos executivos camarários anteriores nas documentações municipais tinham aqui conversa para a noite toda, ou sobre quem é que aparecia sempre, porque eram sempre os mesmos a aparecer nas fotografias, porque ocultavam os membros que estavam na oposição porque não queriam que mais ninguém aparecesse, pelo que não podem atirar pedras ao ar quando têm telhados vidros.

Compreende que a atividade elencada neste relatório se refere aos primeiros dois meses deste novo executivo, que não foram nada fáceis, como para o próprio também não foram, daí que acredite que para a Câmara também não, mas, mesmo assim, em nome da freguesia da Moita, deu os parabéns pelo trabalho que desenvolveram durante este período e que estão a desenvolver até a presente data, esperando que continuem assim e que cá estejam para continuar a trabalhar em prol da população.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em seguida, perante o pedido de defesa da honra manifestado, deu a palavra ao deputado municipal João Faim.

Defesa da Honra proferida pelo Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

“Vou-me limitar mesmo à defesa da honra e a retificar a verdade do que foi a minha intervenção.

Não houve qualquer crítica relativamente ao não aparecimento de outros membros do executivo na fotografia, houve apenas uma referência escrita que é feita, que todo executivo municipal esteve presente quando, na verdade, não aconteceu e o relatório tem que ter o seu rigor. Foi essa, exatamente, a questão que eu aqui referi, e a bancada da CDU foi aqui, mais uma vez, enxovalhada por elementos do Partido Socialista.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Moita sabe, perfeitamente, que se há faits divers, se há bocas que são mandadas, isso aparece de todas as bancadas, aliás, ele próprio sempre teve esse comportamento, portanto, não venham aqui culpabilizar seja quem for e apontar o dedo, quando, na verdade, as pessoas têm telhados de vidro.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em seguida, perante o pedido de defesa da honra manifestado, deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira.

Defesa da Honra proferida pelo Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira

“Eu só gostava que o senhor deputado municipal João Faim esclarecesse quais os comportamentos que, enquanto presidente da Junta tem tido, que não trazem qualquer dignificação a esta Assembleia. Gostava que me dissesse.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Para terminar, passou a palavra aos deputados municipais ainda inscritos.

Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS

Disse que tinha três questões para apresentar, mas compreendia perfeitamente que não era possível, em quatro meses, resolverem o que não se resolveu em quarenta e dois anos.

Como todos sabem, existia no parque Zeca Afonso o chamado skatepark que o anterior executivo transformou em depósito de entulhos, pelo que gostaria de saber se os jovens vão voltar a ter o seu skatepark ou se é mais um equipamento que já era. Também no mesmo parque, existe uma ponte para peões que está isolada para que mais ninguém tenha um acidente como aquele que aconteceu, daí que também pergunte qual o futuro dessa ponte.

A outra questão é sobre aqueles municípios que considera que estão esquecidos há, aproximadamente, cinquenta anos, que são os ex combatentes do Ultramar. Durante o regime fascista, os jovens, aos vinte anos, tinham três alternativas, ou fugiam do país, ou iam para uma guerra, ou iam parar à prisão do Forte de Elvas. Quer com isto dizer que, no concelho, existem vários combatentes do Ultramar, e os vários executivos camarários, ao longo de quarenta e cinco anos, jamais pensaram num monumento ao combatente do Ultramar, o que é raro, a nível nacional, ou seja, há poucos concelhos a nível nacional onde não conste um monumento aos combatentes do Ultramar. Os combatentes não querem um grande monumento, não querem, só querem que os honrem e que respeitem os vivos, e os combatentes do concelho merecem um monumento.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Disse que ia começar já pelo fim porque, realmente, estas mistificações que aqui veem acontecer consecutivamente são, exatamente, isso, mistificações, porque é perfeitamente sabido que as obras da avenida 1º de Maio, que estão a decorrer neste momento na Baixa da Banheira, têm previsto um monumento aos antigos combatentes, portanto, este número de teatro, como alguém classificou na última Assembleia Municipal, teve aqui mais um epílogo.

Registou, ainda há pouco, que o senhor Presidente se recusa a reunir com um grupo de cidadãos que, livremente, se reúne para melhorar as condições de saúde na freguesia da Baixa da Banheira, no concelho da Moita. Fica registado. Disse-o e está registado.

Quis também chamar a atenção para um pormenor, porque falou dos quinhentos mil euros a mais que poderá custar a continuação das obras do centro de saúde da Baixa da Banheira, que decorrem do aumento de preços que está a acontecer no mercado da construção, porque esse também foi um dos motivos pelos quais o anterior executivo não quis, imediatamente, fazer a rescisão de contrato, para tentar que o empreiteiro pudesse continuar a obra e fazer a obra dentro dos custos que estavam previstos.

O que também acontece, e o senhor Presidente sabe, e se não soubesse poderia ter ficado a saber através da tal passagem de pastas que não aconteceu porque o senhor Presidente tem uma conceção diferente da CDU, de que os processos devem estar com o senhor Presidente ou com os senhores vereadores, mas na CDU acham que devem estar nos serviços, portanto, foram três meses e meio que se perderam, porque o senhor Presidente não quis falar com os vereadores da CDU. Foi só isso.

Porque o ouviu, com muita atenção, dizer que está a defender os interesses do concelho da Moita, perguntou se, finalmente, a Câmara da Moita, com uma gestão do PS, se vai pronunciar contra a construção do aeroporto na base aérea do Montijo.

Perguntou também quando é que o senhor Presidente vai entregar aos membros desta Assembleia Municipal, a previsão do impacto financeiro do IMI Familiar, que prometeu entregar na altura em que ele foi discutido, o que já foi há duas ou três assembleias municipais e, até agora, nada, pelo menos, ao próprio, não chegou a informação nenhuma.

Sobre o painel de azulejos que o artista Luís Guerreiro não pôde completar, quis saber em que ponto é que está porque, tanto quanto sabe, existem contactos, ou existiram contactos, para que o painel pudesse ser completado por outras pessoas para poder ser implantado no centro de Alhos Vedros, e não têm tido notícias do processo, pelo que gostava de saber o ponto de situação.

Depois, duas coisas que não lhe são muito agradáveis, mas que vai ter que dizer, uma delas porque hoje viu, no facebook da Câmara Municipal, que foi colocada uma luz por baixo do viaduto em Alhos Vedros, e foi lá afirmado que era algo que faltava e que não havia, mas, de facto, como é fácil saber por quem conhece, já existiu e foi vandalizado várias vezes, portanto, o que houve foi uma reposição, não foi algo que não existia e que passou a existir, houve uma reposição. A outra coisa, que não queria acreditar, nem quer acreditar, é porque tem ouvido, insistentemente, alguns rumores de pessoas da Moita que lhe dizem que o varino municipal “O Boa Viagem” vai ser entregue a uma concessão de uma empresa privada de Lisboa. É um boato que ouviu, mas que gostaria que o senhor Presidente desmentisse, imediatamente, dado que se trata de um património municipal identitário, um património que faz parte da vila da Moita e do concelho da Moita.

Em relação ao pavilhão da escola secundária da Baixa da Banheira, disse que o atraso é de mais de quarenta anos, quarenta anos em que muitos governos socialistas passaram pelo setor da educação e não resolveram, minimamente, aquilo, e uma vez que foi aluno naquela escola em 1982 e já se falava do pavilhão, referiu que podiam imaginar quantos governos socialistas não passaram depois disso.

Ora, a educação tem agora aqui um outro ponto que lhe causa alguma estranheza, por o novo executivo do PS, com o apoio do Chega, ter aprovado uma proposta de atribuição de bolsas de mérito que não contribui, em nada, para ajudar a resolver os problemas sociais do ensino no concelho, e que não são poucos, criando um prémio inacessível àqueles que, pelas suas condições pessoais e familiares, têm mais dificuldades e, antes pelo contrário, agravam as desigualdades entre os alunos. A equivalência entre o esforço pessoal e as notas escolares é uma falácia, e exemplos não faltam todos os dias, e um prémio com estas características pode afagar algumas vaidades, mas não contribui em nada para um ambiente saudável nas escolas do concelho.

Um sinal também de uma política para a infância completamente errada por parte do PS é a notícia da promoção, por parte da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, de consultas gratuitas de psicologia infantil e educacional, das quais estavam excluídas crianças e jovens com necessidades especiais, mas isso, felizmente, foi eliminado.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Neste momento, interrompeu a intervenção supra para questionar se se estava a referir aos atos da Câmara, porque já falou nos atos da junta, já falou nos atos do Governo e se se quer o aeroporto, razão pela qual pediu que o desculpasse, mas tinha que terminar.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Sobre a questão do aeroporto, disse que também tinha implicações no concelho, e deu por concluída a sua intervenção.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Findas as intervenções, perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar os esclarecimentos solicitados.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Depois deste momento, que optou por não caracterizar, disse que ia tentar ser sucinto, dado o adiantado da hora e para tentar cumprir o Regimento.

Lembrou a bancada da CDU que, em reunião de Câmara, para quem quis, para quem quiser ver, é pública, e que poderão depois ler nas atas quando saírem, o PS fez uma coisa muito simples, pediu mais um tempo do que aquele que seria necessário ter dado o seu número de vereadores eleitos, e aconteceu uma coisa muito engraçada, deixou claro na reunião que o tempo que iria atribuir não seria para o vereador do Chega, ou seja, para bom entendedor meia palavra basta. Estranho é o Chega ter votado a favor e a CDU ter votado contra. Ficou clara qual é que era a opção da CDU, mas, ao dia de hoje, diz, depois daquilo que leu, viu e tem acompanhado, que mais vale só do que mal-acompanhado.

Depois, quis dizer que, quando se fala de passagem de pastas e dizem que as coisas estavam nos serviços, o que mais ouve na qualidade de Presidente da Câmara pelos serviços, quando está a perguntar aos chefes de divisão e aos técnicos superiores aquilo que se passa, é “esses assuntos eram tratados na Presidência”, “esses documentos estavam na Presidência”, “esses assuntos relacionados com o PDM estavam na Presidência”, “esses assuntos dos apoios a determinadas entidades estavam na Presidência”, “esses contratos da educação foram feitos na Presidência”, “os recrutamento de recursos humanos estavam na Presidência”. Tudo emanava da Presidência. Estranho é, que aquilo que também ouve dos elementos da Presidência é que, muitas vezes, não estavam na Presidência. Naquela casa havia chancela para tudo. Mais parecia que a secretária do senhor Presidente decidia tudo.

Relativamente ao centro de saúde, disse que é com alguma desfaçatez que vê o senhor deputado João Figueiredo querer fazer acreditar que uma empresa que está altamente fragilizada economicamente, que está ao abrigo de um plano de revitalização, com os preços aumentar, vai investir para perder dinheiro, ou seja, vai fazer mais um metro quadrado de chão quando já está a perder dinheiro, quando já está altamente carenciada economicamente, e isso já se sabe desde junho do ano passado. Percebe que não tenha sido interessante anunciar à população que não teriam capacidade para acabar aquilo que era para estar feito em agosto e quiseram enganar a todos, mas não é possível enganar toda a gente o tempo todo, e ficou às claras, e hoje em dia está às claras, e agora têm muito pouco tempo para não perderem acesso à candidatura e para fazerem aquilo que não foram capazes de fazer.

Outra coisa que também quis dizer é que compreende que lá fora se diga de tudo um pouco, se fale de tudo um pouco, que as pessoas tenham imaginação, porque isso faz parte, respeita, aceita, compreende e estarão cá para clarificar, mas que deputados municipais embarquem em fake news. É que lhe custa muito, neste espaço, aceitar isso, pelo que perguntou onde é que ouviu falar em entregar o varino a uma entidade privada, onde é que ouviu isso da sua boca ou onde é que ouviu isso dos membros deste executivo, porque cabe-lhe, enquanto deputado municipal, ter um bocadinho mais de responsabilidade e não tornar este tema um tema central, que não o é, nunca foi e, enquanto cá estiverem não será. O varino continuará ao serviço da Câmara Municipal, por isso, exige-se assim um bocadinho mais de seriedade e responsabilidade. O que lhe quis dizer, desde já, é que enquanto estiverem à frente da Câmara Municipal o varino não será para ir dar passeios ao Avante.

Sobre o que se passou, uma e outra vez, em Alhos Vedros, e que, de igual forma, acontecia noutras intervenções levadas a cabo por esta Câmara Municipal, por indicação dos dirigentes desta Câmara municipal, dos atores políticos desta Câmara Municipal, é que os trabalhos não eram orientados para serem executados como deve ser, permitindo que um cabo que está esticado entre dois postes fosse facilmente vandalizado. As indicações que deu, por motivos de celeridade no processo foi para, neste momento, ficar como está, mas a instrução que também deu foi para que, rapidamente, seja executado o trabalho de instalação elétrica para que o cabo seja devidamente enterrado para que não mais possa ser vandalizado e para que as pessoas não tenham mais que circular às escuras e em insegurança, porque os trabalhos desta casa têm que passar a ser feitos só uma vez, mas bem feitos.

Em relação à alegada comissão de utentes, disse estranhar a vontade de reunir com o senhor Presidente da Câmara quando, no passado, o próprio, noutras funções que desempenhava, mostrou muito interesse e curiosidade em conhecer o que é que era esta coisa de “comissão de utentes” e a pessoa autointitulada presidente da comissão de utentes, dirigindo-se para a pessoa que estava ao seu lado disse “esta pessoa não vale a pena”. Por isso, e depois de se inteirar e perceber o que é que era aquela comissão de utentes, reiterou que só reúne com entidades com figura jurídica reconhecida e, de resto, reúne com cidadãos, pelo que estará à vontade para reunir com as pessoas enquanto cidadãos.

Relativamente às questões colocadas pelo senhor deputado Daniel Justo, quis dizer que o skatepark não estava orçamentado, o projeto não estava concluído, não era do conhecimento, ou seja, era mais uma das coisas do costume. Mas, reuniram com os jovens, tomaram conhecimento do projeto, estão a finalizar o projeto do skatepark, e irão cabimentá-lo quando fizerem a integração do saldo, para que este skatepark possa ser feito no parque Zeca Afonso. Aproveitando para também responder ao Tesoureiro da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, senhor Luís Cerqueira, disse que o que querem, seja no parque da Baixa da Banheira, de Alhos Vedros, da Moita, do Gaio-Rosário ou de Sarilhos Pequenos, é uma estratégia de manutenção e investimento nos parques para que as intervenções não sejam casuísticas. As intervenções dos equipamentos não podem ser casuísticas, tem que haver um fio condutor que preveja sempre a manutenção desses mesmos equipamentos para que possam, ao longo da sua vida útil, proporcionar àqueles que vão lá fruir daquele espaço e daqueles equipamentos que o façam com toda a qualidade e com toda a segurança. Essa é a linha norteadora deste executivo.

Outra coisa que também quis dizer, e aí compreende que os deputados da Assembleia Municipal também não conhecessem, ainda que alguns tivessem acesso a informação privilegiada, seja de que natureza for, foi que não tinham conhecimento de uma peça escultórica em homenagem aos antigos combatentes do ultramar. Aquilo que tinham conhecimento é que era tudo apalavrado e nada estava firmado no papel, motivo pelo qual decidiram, e bem, porque acreditam que é isso que faz justiça aos combatentes, e visando homenagear os combatentes do Ultramar, lançar um concurso de ideias em que todos possam participar, onde todos possam ser ouvidos, onde os antigos combatentes que queiram participar e que queiram ser ouvidos, possam ter voz, para que seja um projeto abrangente e enriquecedor e que faça a justa homenagem a essas pessoas que tanto deram, alguns com o sacrifício da própria vida, e que muito se vê, nos dias de hoje, porque são esses os primeiros a serem chamados para defender a liberdade.

Respondendo ao deputado municipal João Faim, perante a crítica que fez ao relatório, disse que acredita em todos os relatórios, em todos os documentos, em todo o trabalho que fazem, mas há sempre oportunidade para melhorar, e assim continuarão, mas está muito satisfeito com aquilo que transparece, pelo que também quis agradecer ao trabalhador da Câmara Municipal, Jorge Taylor, pela execução deste relatório, numa altura em que lhe é difícil, e daí também ter aproveitado para, em nome do executivo, lhe desejar rápidas melhoras e rápida recuperação.

Relativamente à crítica feita aos semáforos, apenas quis dizer que a intervenção não pôde ser feita mais rapidamente devido a constrangimentos encontrados no local, por parte da empresa que foi lá fazer o trabalho, mas também quis dizer que nesta casa nunca foi feito um contrato de manutenção dos semáforos, ou seja, quando algum semáforo aqui no concelho se estraga, têm que, rapidamente, lançar um procedimento para uma empresa vir ao concelho intervir o semáforo, seja daquele ou de qualquer outro semáforo do concelho, por isso, esse é mais um problema que têm para resolver, associado a tantos outros problemas que lhes foram deixados, mas já vão estando habituados e calejados.

Em relação aos pontões do Gaio, mais uma vez, foi lançado um procedimento, todos viram aquele concurso, e o que é certo é que, quando chegaram à Câmara Municipal, os pontões nem perto estavam de estar arrançados, estavam muito longe de estar arrançados. Teve a oportunidade de se dirigir presencialmente aos serviços da Câmara, para ver de perto o estado daqueles pontões e dar indicações claras para que aqueles pontões sejam intervencionados e, finalmente, concluídos os trabalhos de manutenção e arranjo o quanto antes. E vai demorar mais um pouco porque não se satisfaz, nem este executivo se satisfaz, com a simples pintura das partes metálicas, porque o que carece mesmo é de uma intervenção profunda para que, mais uma vez, não tenham que estar a fazer intervenções anualmente, e para que a intervenção que venha a ser feita permita que aqueles pontões durem por muito e muito tempo, com os devidos tratamentos contra a abrasão e da oxidação existente, para garantir que, no futuro, possam durar muito mais tempo e estar ao uso de todos aqueles que o queiram usar.

Convidou ainda, desde já, a senhora Presidente da União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos a ir aos serviços da Câmara Municipal e acompanhá-lo numa visita para saber e para ver, presencialmente, o estado dos pontões, e informou que o que está previsto, ainda que inicialmente tivessem apontado para julho, e porque fez uma insistência para que, se possível, fizessem todos os possíveis para, em maio, os pontões estarem disponíveis para que possam começar a ser utilizados.

No que diz respeito, à ciclovia, quis dizer que também é uma preocupação de todos e já estão a contabilizar e a medir a colocação de alguns pilaretes na parte inicial, junto ao Gaio, fazendo aquele balizamento, principalmente, junto àquela zona da escola e até onde conseguirem, face ao valor que tiverem disponível para fazer.

Relativamente às questões colocadas pela deputada municipal Mónica Ribeiro, no âmbito da recolha de monos, disse que todos sabem que nas últimas semanas tiveram um elevado número de casos de Covid, e a Câmara não foi exceção à regra, e foi face a isso mesmo, que a equipa que procede à recolha dos monos ficou reduzida nos seus elementos e, consecutivamente, na sua capacidade de ação, mas também aconteceu uma coisa muito estranha, e que quis partilhar com a Assembleia, porque estragaram-se três carros de recolha de monos, pelo que sobrou um camião e, como calcularão, não dava para fazer a recolha em todo o município. Estragaram-se três e os três permaneceram estragados, ou seja, por reparar, e foi necessário, juntamente com a Vice-Presidente Sara Silva, deslocarem-se ao local para perceberem o que é que estava a acontecer, algo que nunca aconteceu, e foi salientado pelos próprios trabalhadores que nunca tinham visto nada daquilo que tinha acontecido. E que fique claro, que não foi pelo facto de demorar a assinar o despacho nas plataformas informáticas, porque, ao contrário de outros, entra lá todos os dias às nove da manhã e, para si, sair cedo é sair às seis da tarde, o que a si até o faz sentir que está a sair mais cedo do local de trabalho.

E porque isso nunca aconteceu, apesar de parecer estranho, a verdade é que o Presidente da Câmara teve mesmo que ir aos serviços dizer que, se falta pneus, que se ponham pneus, se o carro está por reparar e é preciso ir a uma oficina obter um orçamento, que se vá a uma oficina. O que não sabe é porque é que isso acontece, mas que é estranho, é estranho. É muito estranho, mas acontece. Acontece agora quando não acontecia no passado, e as pessoas que lá estão são as mesmas, porque não houve qualquer tipo de alteração, porque não deu instruções em sentido contrário e até despacham as coisas mais rápido, pelo que quer acreditar que não será da sua parte. Quando o Presidente da Câmara tem que ir pedir para se pôr pneus algo está a falhar, e não quer pensar que seja intencional.

No que concerne àquilo que foi aqui assinalado com referência a outras temáticas, disse que estão a trabalhar nisso, e que achava que não valia a pena as estar aqui a elencar.

Relativamente ao deputado municipal Luís Morgado, quis dizer que acompanha, e que este executivo acompanha as suas preocupações, e que vão ter que começar a ter em atenção se todos os furos que existem estão devidamente registados, para que não haja um furo a fazer captação indevida da água, que é um bem essencial a todos, e ter aqui algum cuidado, mas sempre em linha com aquilo que for definido pelo Ministério do Ambiente, e também aqui ter atenção àquilo que são as melhores práticas.

Por fim, e em resposta ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, relativamente à questão colocada sobre o largo da capela da Barra Cheia, disse que, após estes anos todos, foi possível chegar a um projeto que, neste curto espaço de tempo, já está concluído e que irá brevemente ser apresentado ao senhor Pároco e ao senhor Bispo, e que espera, visto serem eles os detentores daquele espaço, que esteja ao contento e que seja ao contento, porque foi sendo conversado em estreito diálogo com os mesmos, para que, futuramente, seja possível valorizar aquele espaço que a todos serve e que há muito se encontra ao abandono, por falta de vontade de alguns e de capacidade de alguns em resolver estas questões.

Em seguida, para falar das outras questões que ficaram por responder, disse que ia passar a palavra à senhora Vice-Presidente, Sara Silva.

Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva

Em resposta ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alhos, Artur Varandas, que perguntou se o plano de repavimentação está concluído, disse que não está. Não está concluído, e não está concluído porque este programa municipal de repavimentações, que tem um prazo de execução de trezentos dias, foi feito em dois lotes. O primeiro lote, diz respeito à freguesia da Moita e à União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, em que estavam previstas ené ruas, e ainda não estão todas concluídas, ainda estão em falta. Concretamente em relação à freguesia de Alhos Vedros, que pertence ao segundo lote, juntamente com a Baixa da Banheira e o Vale da Amoreira, os arruamentos a ser intervencionados são três, a rua Duarte Pacheco, que está em falta, a rua Padre António Vieira, que está concluída, e a travessa do Mercado, que não foi intervencionada. Têm também algumas no Vale da Amoreira, nomeadamente, quatro ruas que estão em falta, e uma delas está em curso.

Aproveitando para também dar aqui resposta a uma preocupação da senhora Presidente da União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, Ana Costa, disse que estavam previstas cinco ruas e que, neste caso, pensa que estão todas concluídas, e que na Moita está em falta a rua de São Sebastião. Com isto espera ter dado um panorama geral daquilo que está a acontecer, respondendo também um bocadinho ao deputado João Faim, que perguntou o que é que, afinal, estava a ser feito, pelo que, sobre as obras de repavimentação fica o ponto da situação.

Respondendo à deputada Mónica Ribeiro, de facto, a recolha dos monos tem sofrido um constrangimento, assim como a recolha da Amarsul, e têm tido muitas queixas na recolha da Amarsul, relatos mesmo de que os carros passam, vêm os contentores completamente a transbordar e não os recolhem sabe-se lá porquê. Também não conseguiu apurar, porque é que isto acontece, mas já falou com a Amarsul tendo-lhe sido dito que iam tomar conta do acontecimento. Mas, em relação à recolha dos monos por parte da Câmara tiveram, de facto, esta situação da qual não tinha conhecimento, e é responsável pela frota de veículos, mas não teve conhecimento que havia carros por reparar. De certa forma, foi-lhe omitido e só teve conhecimento quando os viu precisamente no armazém, sem qualquer justificação. De facto, o Covid também não poupou os funcionários da Câmara, uma vez que tiveram onze baixas na recolha de monos, mas já está feito um plano B, em que optaram por duplicar as recolhas nas próximas duas semanas, portanto, nos circuitos que não foram efetuados, porque havia só um circuito a ser assegurado, vão ser duplicadas estas ações de recolha de monos, para que, nas próximas duas semanas tenham o assunto devidamente arrumado e devidamente solucionado.

Pedindo desculpa por se ter dispersado, disse que, relativamente aos pontões, encontraram um passadiço completamente reparado e dois por reparar que, neste momento, estão ainda a precisar de decapagem e metalização, termos técnicos que não conhece, mas que lhe foram ditos pelo senhor João Gregório numa reunião, quando lhe disse, realmente, que estavam nesta fase em que ainda precisam de decapagem e metalização, e estão a aguardar que isso aconteça.

Respondendo ao deputado João Figueiredo, sobre o varino disse que, de facto, não passa de um boato. O varino é da Câmara Municipal e vai continuar a ser, portanto, não passa de um mero boato, até porque tem um plano de atividades previsto. O varino é da autarquia, vai continuar a ser da autarquia e nunca passou pela cabeça deste executivo fazer o que quer que seja ou ceder o varino a quem quer que fosse.

Para complementar ainda mais aquilo que o senhor Presidente referiu em relação às obras, que depois acabou por não elencar, e respondendo ao deputado João Faim, disse que as obras são o que são, estão nesta fase que viram aqui, e muito bem representadas nestas imagens, que são recentes e que refletem, precisamente, o estado em que as obras estão, umas que estão a ser finalizadas, outras que estão neste estado. E, concretamente em relação à piscina da Moita, é isto que veem, portanto, não há muito a dizer.

Em resposta ao Deputado Daniel Justo disse que, de facto, lhes foi apresentada uma maquete por uma comissão de antigos combatentes do Ultramar, tendo-lhe sido dito que essa maquete seria para um projeto que haveria para uma rotunda no Vale da Amoreira e foi procurar informação sobre esse projeto, mas não consegue achar essa informação, inclusive, os senhores disseram que já havia um financiamento previsto, mas no plano e orçamento da Câmara não consta financiamento nenhum, portanto, também gostaria de descobrir onde é que está esta informação, onde é que está esta obra projetada, onde é que está esta obra financiada.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Para culminar, porque o alertaram que ficou uma coisa por responder e não queria deixar de responder, quis dizer que, em relação à ponte de pedra, na reunião que tiveram com o Ministro Pedro Nuno Santos, e quis salientar que nessa reunião estiveram presentes todos os seus secretários de Estado, uma reunião ampla que versou sobre os múltiplos assuntos, desde a habitação, a melhores vias de acesso para o concelho, e não podiam deixar, como é óbvio, de tocar neste assunto da ponte de pedra que será, em reunião oportuna que a Câmara Municipal da Moita pretende ter com a IP, um dos assuntos a tratar. Isto porque, como todos conhecem, aquele espaço necessita de ser requalificado para proporcionar, a todas as pessoas, mais e melhores condições de atravessamento daquela via e, melhores condições de circulação, e por isso não quis deixar que esta questão ficasse por responder.

Neste curto, muito curto, espaço de tempo pouco têm descansado, porque têm consciência da urgência que as pessoas têm em ver os seus problemas resolvidos, e se para o executivo passaram apenas quatro meses, para as pessoas passaram demasiados anos.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Deu por terminada a ordem do dia e pediu à 2ª Secretária para efetuar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata em minuta a votação.

A ata em minuta da presente sessão foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com trinta votos a favor, sendo quinze do PS, nove da CDU, dois do CH, dois do BE, um do PSD, um do CDS.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, era uma hora e cinquenta minutos do dia vinte e seis de fevereiro de 2022.

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.